



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**  
**PROFHISTÓRIA**

---





**MOISÉS DE SOUZA BARROS**

**SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA**

---

**CAMPO GRANDE**

**2025**

MOISÉS DE SOUZA BARROS	<div data-bbox="525 322 729 430">  <p>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</p> </div> <div data-bbox="786 333 896 421">  </div> <div data-bbox="916 344 1177 418"> <p><b>PROF HISTÓRIA</b> MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA</p> </div> <div data-bbox="501 495 1410 638"> <p><b>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA</b></p> </div> <div data-bbox="700 752 1150 788"> <p><b>MOISÉS DE SOUZA BARROS</b></p> </div>
SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA	<div data-bbox="598 1270 1252 1305"> <p><b>SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA</b></p> </div> <div data-bbox="833 1749 1112 1818"> <p><b>CAMPO GRANDE 2025</b></p> </div>

**MOISÉS DE SOUZA BARROS**

**SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada à banca de defesa do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

CAMPO GRANDE

2025

---

B273s                Barros, Moisés de Souza

Sobá: cultura e ensino de história / Moisés de Souza Barros. – Campo Grande, MS: UEMS, 2025.

102 F.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Profhistoria – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

1. História regional. 2. Sobá de Campo Grande-MS. 3. Cultura regional. 4. Ensino de História. 5. Patrimônio imaterial. I. Rodrigues, Marinete Aparecida Zacharias. II. Título

CDD 23. ed. - 372.89

---

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)  
Joyce Mirella dos Anjos Viana, CRB nº 3530 - 1ª Região.

**SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA.** Moisés de Souza Barros. 2025. 102p. Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande - MS, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de concentração: Ensino de História. Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues.

Defendido em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### BANCA DE DEFESA

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

---

Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

---

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
UNIRIO

---

Prof. Dr. Leandro Hecko  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

---

Prof. Dr. Fabiano Coelho  
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

À minha mãe, Zuleide de Souza Barros, dona  
Zuleide (*in memorian*), amante da boa mesa e  
a melhor cozinheira que já conheci!

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho que ora apresento foi, antes de tudo, fruto de uma profícua parceria entre várias frentes que colaboraram para sua produção. Elenco abaixo todos aqueles que considero essenciais nesse processo.

Começo externando minha gratidão ao meu pai, João Ramão Barros dos Santos, tanto por me servir de exemplo de luta e perseverança quanto por sempre acreditar em meu potencial e me apoiar ao longo dessa caminhada.

Igual gratidão dedico à minha esposa, Marli Barros, por estar sempre ao meu lado nas muitas tempestades que inevitavelmente acompanham a trajetória daqueles que se dedicam ao trabalho científico.

Minha gratidão também vai à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marinete Zacharias Rodrigues, não apenas por ter acreditado em minha ideia desde o início, aceitando me orientar nesta pesquisa, mas, principalmente, pelas imprescindíveis contribuições, tanto como professora quanto como orientadora, sem as quais este trabalho certamente não seria possível.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que foram essenciais em minha preparação para a produção desta dissertação, em especial aos doutores Rodrigo Cracco e Manuela Carneiro, que sempre demonstraram um olhar cuidadoso em relação ao meu projeto de pesquisa, registro meus mais sinceros agradecimentos.

Faz-se necessário manifestar aqui meu muito obrigado ao Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que, como membro da minha banca de qualificação, colaborou de maneira extremamente construtiva para o aprimoramento deste trabalho.

Quero ainda agradecer aos colegas de mestrado, todos educadores como eu, que, durante os seminários e debates ao longo de nossos encontros, permitiram-me refletir sobre este projeto a partir de sua aplicabilidade em sala de aula. Um agradecimento especial aos amigos Carlos Gilberto e Rafael, com quem tive o privilégio de compartilhar muitas angústias e vitórias ao longo desse processo.

Faço questão de registrar meus agradecimentos ao programa de bolsas da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido, fundamental para a execução desta pesquisa.

Por fim, expresso minha justa e sincera gratidão à Prof.<sup>a</sup> Ma. Antonia Cristina Rocha Fioravante, pelo indispensável auxílio na escrita, correção, formatação e apresentação desta dissertação.

A cozinha é o espaço da comunhão, do fogo do fogão, a cozinha é a guardiã das memórias, dos segredos, é o lugar do compartilhamento do ato de comer e beber, dos risos. É a alma da casa e depositária das trocas. A comida como identidade e cultura.

- *Conceição Oliveira, pesquisadora e gastróloga baiana (2022)*



## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a história do sobá, alimento reconhecido como Patrimônio Cultural e amplamente consumido pela população sul-mato-grossense. O objetivo central consiste em demonstrar como e em que medida o sobá, enquanto manifestação cultural registrada como patrimônio imaterial de Campo Grande, pode ser integrado às práticas didáticas para abordar a História Regional. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a) analisar o conceito de patrimônio imaterial e cultura, bem como as teorias que sustentam sua relação com a construção de identidades locais; b) examinar o processo migratório japonês e a formação da comunidade okinawana em Campo Grande - MS, identificando a introdução do sobá como expressão gastronômica típica; e c) desenvolver uma sequência didática que articule os conhecimentos levantados para aplicação em sala de aula e a apresentação do produto, fruto da pesquisa, para sua aplicação na prática escolar. O percurso metodológico inclui revisão bibliográfica e análise documental, abrangendo legislações, referenciais normativos educacionais, o processo de registro do sobá como patrimônio e a historiografia local. O referencial teórico fundamenta-se nos conceitos de representação, memória e operação historiográfica. Como resultado, apresenta-se um álbum em formato de e-book, também disponível em formato impresso, concebido como instrumento didático para o ensino de História Regional. Esse material abordará o sobá como eixo central, explorando temas correlatos, como migração, patrimonialização e a história da alimentação.

**Palavras-chave:** Sobá de Campo Grande. Okinawa. Patrimônio Cultural. Patrimônio Imaterial. História Local.

## ABSTRACT

This research focuses on the history of sobá, a food recognized as Cultural Heritage and widely consumed by the population of Mato Grosso do Sul. The main objective is to demonstrate how and to what extent sobá, as a cultural manifestation registered as an intangible heritage of Campo Grande, can be integrated into teaching practices to address Regional History. Specific objectives include: a) analyzing the concept of intangible heritage and culture, as well as the theories supporting their relationship with the construction of local identities; b) examining the Japanese migratory process and the formation of the Okinawan community in Campo Grande - MS, identifying the introduction of sobá as a typical gastronomic expression; and c) developing a didactic sequence that articulates the knowledge gathered for classroom application and the presentation of the product, resulting from the research, for its use in school practice. The methodological approach includes a literature review and document analysis, covering legislation, educational normative references, the process of registering sobá as a heritage, and local historiography. The theoretical framework is based on the concepts of representation, memory, and historiographical operation. As a result, an e-book album is presented, also available in printed format, designed as a didactic tool for teaching Regional History. This material will address sobá as a central axis, exploring related themes such as migration, patrimonialization, and the history of food.

**Keywords:** Sobá from Campo Grande. Okinawa. Cultural Heritage. Intangible Heritage. Local History.

## INDÍCE DE IMAGENS

<b>Imagem 1.</b> Abertura do XIV Festival do Sobá .....	44
<b>Imagem 2.</b> Apresentação de abertura do Festival do Sobá .....	44
<b>Imagem 3.</b> Dona Yakuso Katsuren, de 91 anos, ao lado da fotografia original feita dela preparando sobá. ....	46
<b>Imagem 4.</b> Foto com história explicada em japonês, disponível na mostra em Nago.....	47
<b>Imagem 5.</b> Feira Central de 1925 a 1958.....	47
<b>Imagem 6.</b> Feira Central sendo montada no período da tarde (1985) .....	48
<b>Imagem 7.</b> Feira Central na década de 1990, localizada na rua Abrão Julio Rahe.....	48
<b>Imagem 8.</b> Entrada da Feira Central localizada entre a Avenida Calógeras e 14 de Julho.....	49
<b>Imagem 9.</b> Estátua de sobá na Feira Central .....	55

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 O SOBÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CONCEITOS E CURRÍCULO .....</b>	<b>17</b>
1.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO IMATERIAL E CULTURAL: CONCEITO .....	17
1.1.1 Educação Patrimonial, memória e identidade .....	22
1.2 O CURRÍCULO DE HISTÓRIA: PATRIMÔNIO E MIGRAÇÃO.....	26
1.3 ALIMENTAÇÃO E HISTÓRIA .....	31
<b>2 A CONSTRUÇÃO DO SOBÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE CAMPO GRANDE – MS .....</b>	<b>35</b>
2.1 A HISTÓRIA DE QUEM FAZ: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE OKINAWA .....	36
2.1.1 O processo de chegada dos Okinawa em Campo Grande – MS .....	38
2.2 O SOBÁ DE CAMPO GRANDE .....	42
2.2.1 O Papel da Feira Central.....	50
2.3 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO SOBÁ .....	53
<b>3 PRODUTO: ÁLBUM EDUCATIVO SOBRE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL.....</b>	<b>56</b>
3.1 CONSTRUÇÃO DO ÁLBUM EDUCATIVO: ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	58
3.2 APLICAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS DO ÁLBUM EDUCATIVO: RELEVÂNCIA PEDAGÓGICA E PRESERVAÇÃO CULTURAL.....	59
3.3 PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE AULA VOLTADO À UTILIZAÇÃO DO ÁLBUM “SOBÁ: PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DE CAMPO GRANDE” ...	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO: SUGESTÃO DIDÁTICA E PRODUTO EDUCACIONAL <i>SOBÁ: CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA</i>.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

A cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul (MS), está localizada na região Centro-Oeste do Brasil, próxima às fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Fundada em 26 de agosto de 1899, a cidade possui atualmente 125 anos e, de acordo com o Censo de 2022, uma população de 897.938 habitantes. Reconhecida pela sua diversidade cultural e pelas influências de diversos grupos migratórios, Campo Grande é também um importante polo econômico e cultural da região. Entre os elementos que compõem essa riqueza cultural, destaca-se o sobá, prato originário da culinária japonesa, especialmente típico da ilha de Okinawa.

A presença do sobá na cidade é um exemplo claro de como as manifestações culturais podem se adaptar, refletindo o processo de hibridização cultural e a construção de identidades locais. A história deste prato, o sobá, que passou por transformações ao longo do tempo para se adequar aos insumos e aos gostos regionais – agora denominado “sobá de Campo Grande”, é o objeto desta pesquisa. Hoje considerado Patrimônio Cultural Imaterial da cidade, o sobá de Campo Grande é reconhecido como um símbolo da memória e da história local, que ilustra de maneira significativa a relação entre cultura, história e identidade na formação da sociedade campo-grandense.

O sobá de Campo Grande, originalmente conhecido como “Okinawa-Soba”, foi trazido para a cidade nas primeiras décadas do século XX pelos imigrantes nipônicos, conforme apontado pela antropóloga Luna Kubota (2008). Esses imigrantes, originários da ilha de Okinawa, faziam parte de um movimento migratório iniciado em 1908, quando o Brasil, com a oferta de terras e trabalho nas lavouras, convidou japoneses a se estabelecerem em várias regiões do país, incluindo o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, devido ao fluxo de pessoas vindas com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (Kubota, 2008; 2015).

Trazendo consigo não apenas sua experiência agrícola, mas também suas tradições culturais e alimentares, os imigrantes okinawanos trouxeram o sobá, um prato típico da sua região, com macarrão e caldo de carne ou peixe. Ao longo do tempo, o Sobá foi se adaptando às condições locais e aos ingredientes disponíveis, uma vez que nem todos os produtos originais da receita estavam facilmente acessíveis na região. Esse processo de adaptação foi gradual, com o prato sendo modificado tanto nas suas receitas quanto nos seus sabores, até que, por volta de 1965, o Sobá passou a fazer parte da culinária regional, sendo progressivamente incorporado ao paladar dos sul-mato-grossenses. A escassez de alguns ingredientes típicos foi substituída por opções locais, o que possibilitou sua popularização entre a população em geral, não apenas

entre os japoneses. Esse fenômeno de adaptação reflete não só a flexibilidade do prato, mas também o caráter multifacetado da gastronomia como um dos pilares da identidade cultural de Campo Grande.

O crescimento na popularidade do Sobá foi impulsionado, em grande parte, pela sua presença e venda na Feira Central de Campo Grande, onde inicialmente foi consumido pela comunidade japonesa, mas rapidamente conquistou a preferência da população local. A Feira Livre Central de Campo Grande, fundada oficialmente em 1925, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento urbano e cultural da cidade, servindo como um espaço de comercialização e sociabilidade desde suas origens. Localizada na região central, a Feira foi inicialmente um ponto de encontro para a população local e imigrantes, refletindo a diversidade cultural crescente na região, especialmente após a chegada dos imigrantes japoneses e outros grupos. A Feira passou por transformações – locais e estruturais - ao longo das décadas, adaptando-se às mudanças urbanísticas e aos novos padrões de higiene e infraestrutura. Sua importância transcende o aspecto econômico, pois tornou-se um local de preservação da memória coletiva de Campo Grande, consolidando-se como um marco cultural e de interação de diferentes tradições e o fortalecimento da identidade local.

Com o tempo, o sobá se consolidou como um ícone da gastronomia regional, sendo oficialmente registrado como Patrimônio Cultural da cidade de Campo Grande em 2006 pela Prefeitura local. Em 2019, o Sobá foi escolhido por eleição popular promovida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SecTur) como o prato típico da capital do estado de Mato Grosso do Sul. Essa trajetória não apenas evidenciou a adaptação de um prato estrangeiro à realidade local, mas também demonstrou o papel do Sobá na construção da identidade cultural de Campo Grande, refletindo um processo de hibridização gastronômica que se entrelaça com a história da cidade e de seus habitantes.

No contexto deste estudo sobre o Sobá de Campo Grande, a análise histórica e cultural do prato se alinha com as questões levantadas por Michel de Certeau (2011), ao refletir sobre a prática historiográfica e os procedimentos metodológicos necessários para a construção de uma narrativa coerente. Ao abordar o Sobá como um produto cultural que se transformou ao longo do tempo, a pesquisa segue a premissa de Certeau de que a história é construída a partir de documentos históricos e fontes que, ao serem transcritas ou copiadas, geram novas interpretações e significados (Certeau, 2011). Esse processo de reinterpretação e adaptação do Sobá ao contexto local, especialmente a partir de 1965, quando o prato começa a se popularizar, é uma manifestação do que Paul Ricoeur (2007) descreve como "representância", onde o

conhecimento histórico não é uma verdade incontestável, mas sim uma construção dinâmica e em constante transformação.

A abordagem culturalista também é fundamental neste estudo, como proposto por Franz Boas e Clifford Geertz, que entendem a cultura como um sistema de símbolos e práticas sociais interpretáveis (Boas, 2015; Geertz, 1989). O Sobá, ao ser incorporado à culinária local, não é apenas uma adaptação de um prato de Okinawa, mas um exemplo claro de como os processos culturais e históricos moldam a identidade de uma cidade, refletindo as dinâmicas sociais e culturais de Campo Grande. Neste sentido, a pesquisa não se limita a narrar a história do prato, mas a entender o Sobá como um elemento simbólico de um processo cultural mais amplo, que envolve as trocas culturais, as adaptações alimentares e a construção de uma memória coletiva, como ressaltado por Roger Chartier (2002).

Portanto, a história do Sobá de Campo Grande não se trata apenas de uma tradição culinária, mas de um fenômeno cultural que, ao longo do tempo, foi sendo ressignificado e, por fim, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da cidade, refletindo a interação entre passado e presente, e a construção de uma identidade local que se reinventa continuamente.

A presente pesquisa não intenta inventariar a manifestação cultural do Sobá de Campo Grande, posto que tal registro já foi realizado pelo órgão público competente, mas analisar seu percurso histórico e seu reconhecimento como elemento significativo da cultura local, em especial entre os imigrantes japoneses e seus descendentes. A História cultural e a noção de Patrimônio Cultural Imaterial, conforme a Constituição Brasileira e a UNESCO, fundamentam a importância de entender e valorizar essas manifestações culturais (Brasil, 1988; Unesco, 2003).

O uso da Educação Patrimonial para ensinar História local, especialmente através do Sobá, pode proporcionar um entendimento mais profundo da identidade campo-grandense. Como defendem autores como Carlos Roberto Antunes dos Santos e Henrique S. Carneiro, o estudo dos costumes alimentares revela aspectos sociais, culturais e históricos fundamentais (Santos, 2005; Carneiro, 2005). Assim, ao explorar a história do Sobá de Campo Grande, este projeto visa não apenas contribuir para o conhecimento histórico, mas também promover um senso de pertencimento e valorização da cultura local através da Educação Patrimonial.

Às ambições acima apresentadas soma-se a percepção de 15 anos de sala de aula como professor de História na educação básica da rede pública e particular de Campo Grande - MS, de certa escassez de referências para o ensino da História local, principalmente no que concerne à Educação Patrimonial como possibilidade para o ensino e aprendizagem dessa área da História. Cabe destacar que, o ensino de conceitos complexos como “patrimônio” e

“imigração/migração” são apresentados nos referenciais curriculares nos anos iniciais do ensino fundamental – precisamente no 3º, 4º e 5º ano - mas que pouco são explorados nos anos finais do ensino fundamental, de 6º a 9º ano, mas que podem ser incorporados no ensino de História Geral e de História Regional, articulando-se com os conteúdos propostos nos currículos.

A mesma experiência permitiu-nos constatar que além de seu caráter essencial para nossas crianças e adolescentes, a alimentação desperta grande interesse em nossos jovens, haja vista serem suas preferências alimentares um dos principais assuntos que permeiam suas conversas no cotidiano escolar.

Como o magistério constitui-se em um ofício que exige permanente reflexão sobre os meios e os métodos que podem melhor contribuir para a prática pedagógica, nasce assim o interesse em realizar uma pesquisa cujo intento é lançar luz à seguinte questão: como e em que medida uma comida eleita como Patrimônio Cultural de Campo Grande, o Sobá, pode ser utilizada como possibilidade para o ensino da História local? Para responder à tal questionamento, realizou-se o levantamento literário das pesquisas mais recentes acerca do Patrimônio Cultural e Imaterial e do processo de migração Okinawa/japonesa para a cidade de Campo Grande - MS, por meio de pesquisas acadêmicas selecionadas no banco de dissertações e teses da CAPES.

O Capítulo 1 é estruturado em três discussões iniciais. A primeira parte aborda o conceito de Patrimônio Cultural e Imaterial, explorando sua definição e importância. Na segunda parte, analisa-se a Base Nacional Curricular Comum (BNCC-2017) e o Referencial Curricular – REME (Campo Grande, 2020), investigando como o patrimônio e a migração são integrados nas habilidades, competências e sugestões didáticas dessas diretrizes. A terceira discussão trata da historiografia da alimentação e seu potencial pedagógico, especialmente focada na aplicação em sala de aula.

Realizou-se um levantamento de trabalhos acadêmicos para compreender a construção do "Sobá" como Patrimônio Cultural Imaterial de Campo Grande - MS. Utilizando descritores específicos no Banco de Dados de Dissertações e Teses da CAPES, foram selecionados oito trabalhos relevantes. Esses estudos abrangem diversas perspectivas sobre o Patrimônio Cultural, desde a promoção e divulgação de políticas de preservação até a transmissão de tradições culturais e o uso da alimentação como ferramenta didática. Os trabalhos analisados mostram a necessidade de um entendimento mais claro sobre o que constitui um Patrimônio Imaterial e como ele deve ser selecionado e categorizado. A discussão inclui a legislação vigente sobre Patrimônio Imaterial no Brasil, destacando o Decreto nº 3.551 de 2000, que estabelece diretrizes para a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial.



O conceito de Patrimônio Cultural Imaterial é essencial para a preservação de práticas, expressões e conhecimentos que compõem a identidade cultural de comunidades. A análise também aborda a evolução histórica das políticas de preservação no Brasil, destacando mudanças significativas na abordagem da preservação cultural desde a década de 1930 até os dias atuais. O capítulo explora a hibridização cultural e os processos de desterritorialização e reterritorialização relacionados à migração, evidenciando como esses fenômenos impactam a formação de identidade e a preservação cultural. A territorialização cultural, como demonstrado nos estudos, é um processo contínuo de adaptação e integração que transforma tanto os migrantes quanto as sociedades de acolhimento.

Por fim, o Capítulo 1 também discute o potencial educativo da História da alimentação, destacando-a como uma ferramenta valiosa para o ensino de História. Autores como Horn, Germinari e Freyre argumentam que documentos não convencionais, como livros de receitas familiares, não apenas conectam experiências individuais à História local, mas também enriquecem a compreensão cultural e social. A análise dos hábitos alimentares ao longo do tempo, conforme Oliveira, Ramos e Mintz, revela profundas conexões entre alimentação, identidade e sociedade, enquanto a Nova História Cultural amplia o escopo histórico ao incluir o cotidiano e as mentalidades. A dinamicidade das identidades culturais ligadas à alimentação, conforme Montanari, ressalta a importância de abordar esse tema de maneira integrada e holística no currículo educacional, visando uma compreensão mais profunda e significativa do passado e suas repercussões contemporâneas.

O Capítulo 2 tem como objetivo reconstruir a história do "Sobá de Campo Grande", explorando sua origem, as adaptações do prato ao gosto local e o processo de patrimonialização. A imigração japonesa para o Brasil começou em 1908, com a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos. Inicialmente, os imigrantes japoneses foram atraídos pelas oportunidades de trabalho nas fazendas de café, mas enfrentaram resistência e estigmatização devido às diferenças étnicas e culturais. Ao longo das décadas, as políticas de imigração evoluíram, alternando entre períodos de incentivos e restrições. Com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses em 1909, atraídos pela construção da ferrovia, a cidade tornou-se um centro para a comunidade okinawana, que preservou suas tradições enquanto se integrava à sociedade brasileira.

A partir da década de 1920, a população japonesa cresceu consideravelmente, com as mulheres desempenhando papel essencial na preservação da cultura e no suporte econômico das famílias, adaptando tradições alimentares e culturais às novas condições. Essa contribuição

se reflete até hoje na realização de eventos culturais, como o Bon Odori e a Feira Central, que são marcos da presença e influência da comunidade japonesa em Campo Grande.

O Capítulo 3 apresenta o produto final da pesquisa, o qual se configura como um álbum digital, desenvolvido em formato de e-book, mas com a possibilidade de ser impresso, para facilitar seu uso como instrumento didático no ensino de História Regional. Este material foi cuidadosamente elaborado, com a inclusão de imagens relevantes e textos sucintos, que resultaram de uma análise profunda da bibliografia pertinente ao tema.

Ao longo do conteúdo, busca-se proporcionar uma abordagem didática e abrangente sobre o “Sobá de Campo Grande”, promovendo a reflexão sobre tópicos centrais, como a valorização do patrimônio cultural, o processo migratório, as práticas alimentares locais, a preservação da memória coletiva e as questões relacionadas à identidade da comunidade local. O intuito é que esse recurso sirva como um elo entre a pesquisa acadêmica e a educação formal, contribuindo para o entendimento e ensino de aspectos culturais e históricos significativos da região.

## **1 O SOBÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CONCEITOS E CURRÍCULO**

Este capítulo aborda a importância de distinguir os conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, enfatizando sua relevância no contexto educacional. O Art. 216 da Constituição Federal de 1988 define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Enquanto o patrimônio cultural imaterial abrange práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas reconhecidos pelas comunidades como parte de sua identidade cultural, o patrimônio cultural material refere-se a bens tangíveis, como edificações, monumentos, documentos, obras de arte e demais elementos físicos que possuem valor histórico, artístico ou arqueológico. A distinção entre ambos é essencial para compreender as múltiplas formas de manifestação e preservação da memória coletiva.

Partindo dessa definição, o capítulo se estrutura em três eixos principais. O primeiro trata do conceito de patrimônio cultural e imaterial, destacando suas implicações para a prática pedagógica. O segundo realiza uma análise documental curricular, abordando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) e o Referencial Curricular da REME (Campo Grande, 2020), com o objetivo de investigar como o patrimônio cultural e a migração são trabalhados em competências, habilidades e sugestões didáticas. Por fim, o terceiro eixo explora a historiografia da alimentação, discutindo como essa temática pode ser integrada ao ensino, ampliando a compreensão do patrimônio cultural e promovendo aprendizagens significativas em sala de aula.

### **1.1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO IMATERIAL E CULTURAL: CONCEITO**

A educação patrimonial é um processo contínuo e sistemático de ensino que utiliza o Patrimônio Cultural como base para a aquisição e enriquecimento de conhecimentos individuais e coletivos (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999). Ela promove o conhecimento sobre a diversidade de manifestação de um grupo, comunidade e sociedade. Este processo crítico e consciente é essencial para a preservação sustentável desses bens, fortalecendo a identidade e a cidadania. Como uma forma de "alfabetização cultural", a educação patrimonial permite a compreensão do contexto sociocultural e histórico, do patrimônio cultural - que inclui bens materiais (monumentos, edifícios, obras de arte) e imateriais (tradições, saberes, expressões

artísticas e práticas sociais), considerados fundamentais para a identidade e memória de um povo - com vistas a contemplar à sociedade em geral, com foco especial em estudantes, professores e comunidades que estão diretamente ligadas ao patrimônio em questão, reforçando assim a autoestima e a valorização da cultura brasileira. O diálogo constante facilita a comunicação entre comunidades e agentes de preservação, promovendo trocas de conhecimento e parcerias. O processo de patrimonialização pode ser aplicado a qualquer evidência cultural, desde objetos a paisagens, e manifestações populares a processos produtivos (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999).

O patrimônio histórico compreende tanto o material quanto o imaterial, sendo o primeiro constituído por objetos tangíveis como edifícios históricos, monumentos, artefatos arqueológicos e documentos antigos. Esses elementos são preservados física e visualmente para transmitir a história e a identidade cultural de uma sociedade ao longo do tempo. Por outro lado, o patrimônio histórico imaterial engloba práticas, expressões, saberes e tradições transmitidos oralmente e através de práticas culturais vivas, como rituais, festividades, músicas e danças. Conforme elucida Lévi-Strauss (2011), considera-se Patrimônio Imaterial,

[...] uma infinidade de manifestações portadoras de valores profundos da vida de uma população ou de uma comunidade. A literatura oral, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores, as artes de representar e as línguas constituem estas diversas formas de expressão que são as fontes fundamentais da identidade cultural dos povos (Lévi-Strauss, 2001, p. 25).

Esses aspectos intangíveis do patrimônio são salvaguardados através da documentação, promoção da continuidade e do apoio à sua transmissão para as futuras gerações, garantindo a preservação da diversidade cultural e do conhecimento tradicional. Em sua dissertação “Patrimônio Cultural: um estudo sobre a tutela administrativa das paisagens culturais no contexto dos instrumentos de proteção previstos no ordenamento jurídico brasileiro”, Jamerson Vieira (2010) apresenta como construiu-se a legislação vigente acerca do Patrimônio Histórico Imaterial e Cultural, com recorte para as fontes ambientais. Conforme aponta Vieira (2010)

Em passado recente a proteção do patrimônio cultural serviu mais como ferramenta ideológica para construção de uma idéia de nacionalidade própria, expressando-se basicamente na preservação do barroco colonial e veiculada pela representação simbólica de edificações monumentais e cidades históricas. Contemporaneamente, porém, sem perder aqueles valores, sentidos e significados, também se promove o resgate e a valorização das manifestações culturais autênticas, representativas da riqueza e diversidade do povo brasileiro (Vieira, 2010, p.16).

Françoise Choay (2001) traça a evolução histórica da preservação dos bens edificados ao longo de diferentes períodos, destacando a transição dos termos "monumento histórico" para "patrimônio histórico" e os efeitos semânticos resultantes dessa mudança. Ela observa que o conceito de patrimônio histórico passou a abranger uma ampla gama de objetos acumulados pela humanidade, incluindo obras de belas-artes, arte aplicada, saberes e práticas tradicionais. Anteriormente, a seleção de bens para inclusão no patrimônio cultural era baseada principalmente em critérios de excepcionalidade e monumentalidade, critérios que foram reformulados pela Constituição Federal de 1988 (art. 216).

No Brasil, o modelo de preservação do patrimônio cultural, adotado a partir da década de 1930 até o final dos anos 1970, seguia uma abordagem centralizada no Estado, com forte ênfase na construção de uma identidade nacional através da valorização de um passado inventado. Sob a liderança de Rodrigo de Mello Franco no Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), essa política visava estabelecer uma continuidade simbólica com um passado selecionado, promovendo uma unidade nacional através da preservação de bens culturais considerados representativos (Vieira, 2010).

A partir dos anos 1980, com a gestão de Aloísio Magalhães, houve uma mudança significativa na política de preservação, marcada pela inclusão de bens materiais e imateriais representativos das manifestações culturais populares. Essa nova abordagem visava ampliar a noção de patrimônio cultural e promover uma maior participação social na preservação, contrastando com a orientação mais elitista das décadas anteriores. A trajetória subsequente, até os dias atuais, mostrou flutuações significativas na política de preservação, refletindo mudanças políticas e orçamentárias que afetaram os investimentos e o alcance das ações voltadas para o patrimônio cultural brasileiro. De acordo com José Afonso da Silva (2007), os direitos culturais reconhecidos da Constituição Federal de 1988 abrangem:

a) a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica; b) o direito de criação cultural, compreendidas as criações artísticas, científicas e tecnológicas; c) o direito de acesso às fontes da cultura nacional; d) o direito de difusão das manifestações culturais; e) o direito de proteção às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional; e f) o direito de dever estatal de formação do patrimônio cultural e de proteção dos bens da cultura, que, assim ficam sujeitos a regime jurídico especial, como forma de propriedade de interesse público (Silva, 2007, p. 805-6).

O Patrimônio Cultural se apresenta na Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 216, no qual estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais [...] (Brasil, 2008, p. 138-139).

Porém, as diretrizes e procedimentos para registro dos Patrimônios Históricos Imateriais e Culturais surgem apenas no ano 2000, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, sendo um marco na legislação brasileira. Ele institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Este decreto estabelece diretrizes para a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Por meio deste, objetivou-se criar um instrumento legal para proteger e valorizar as expressões culturais imateriais que são consideradas patrimônio cultural brasileiro. Ele compreende as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural.

Deste modo, pode-se realizar o registro de um patrimônio, por meio de um processo que visa garantir essa preservação. O Decreto nº 3.551 estipula que cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) órgão vinculado ao Ministério do Turismo, coordenar e executar as ações de identificação e registro dos bens culturais imateriais. Mas esse registro não parte do acaso, ele advém da participação ativa das comunidades detentoras dos bens culturais imateriais nos processos de identificação, registro e promoção, garantindo o respeito às suas tradições e práticas.

A definição de patrimônio cultural imaterial pela Convenção Internacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) destaca que inclui "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em

alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural"<sup>1</sup>. Esse patrimônio é dinâmico, sendo constantemente recriado pelas comunidades em resposta ao ambiente, interação com a natureza e história, promovendo um senso de identidade e continuidade, além de contribuir para o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Aprovada durante a 32ª sessão da Conferência da UNESCO em Paris, em outubro de 2003, a Convenção visa à proteção, respeito e reconhecimento internacional do patrimônio cultural imaterial, incentivando a cooperação e assistência entre os países signatários. No Brasil, ela foi promulgada pelo Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, e entrou em vigor a partir dessa data, estabelecendo diretrizes importantes para a preservação e valorização do patrimônio cultural imaterial no país (Vieira, 2010).

No trabalho "Patrimônio Imaterial: Promoção e Divulgação do Decreto 3.551", Uliana Duarte Alves (2004) aborda a importância da promoção e divulgação do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. A dissertação examina as estratégias e desafios envolvidos na implementação desse decreto. Alves (2004) inicia sua dissertação fornecendo um contexto histórico e legal sobre o Decreto 3.551. Ela explica a relevância do decreto na proteção e valorização do patrimônio imaterial no Brasil, destacando como ele representa um avanço significativo nas políticas de preservação cultural ao reconhecer e oficializar a importância dos bens culturais imateriais.

Alves (2004) analisa as diversas estratégias utilizadas para promover e divulgar o Decreto 3.551. Isso inclui campanhas educativas, eventos culturais, publicações e outras ações voltadas para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio imaterial e as maneiras de protegê-lo. Alves também discute a eficácia dessas estratégias e os desafios encontrados na prática.

Nas pesquisas levantadas, identificou-se a seguinte problemática exposta pelos autores: a falta de consenso para definir o que seria o Patrimônio Imaterial. Márcia Sant'Anna (2001) aborda essa questão, sendo este um dos aspectos centrais das análises realizadas nesta pesquisa: a falta de consenso em relação ao termo mais adequado para definir o conjunto de bens de natureza imaterial. Ela identifica diversas designações que procuram capturar esse conceito, tais como "Patrimônio imaterial", "patrimônio intangível", "cultura tradicional e popular" e "patrimônio oral". Essas expressões refletem o que Sant'Anna descreve como uma "dificuldade

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)

semântica” em nomear a ideia que abrange as referências culturais dinâmicas e o conjunto de manifestações enraizadas no cotidiano das comunidades, incluindo saberes, práticas, celebrações, formas de expressão e comunicação, todas elas vinculadas ao território e às condições materiais de existência (Sant’anna, 2001, p. 155).

Em sua dissertação “Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil”, Tatiane Mello de Oliveira (2011) corrobora este pensamento, ao discutir a evolução do conceito de patrimônio cultural imaterial no Brasil, destacando a introdução do Decreto n.º 3.551 em 2000 como um marco importante. Este decreto estabeleceu o Registro dos bens de natureza imaterial, garantindo sua proteção. No entanto, apesar dessa oficialização, a autora observa que há uma falta de consenso tanto internacional quanto nacional sobre a terminologia adequada para descrever esse conjunto de bens culturais. São utilizadas diversas expressões como "patrimônio cultural intangível", "patrimônio cultural imaterial", "cultura tradicional e popular" ou "patrimônio oral", refletindo uma indefinição semântica.

Oliveira (2011) questiona se o termo "imaterial" é adequado para abranger a diversidade desses bens culturais, que incluem desde manifestações das camadas populares até inovações contemporâneas e intervenções culturais. Ela argumenta que rotular esses bens como "imateriais" poderia resultar em um esquecimento das práticas de preservação que historicamente privilegiaram os símbolos culturais das classes dominantes, excluindo outras expressões culturais legítimas. Essa reflexão indica uma preocupação em reconhecer e valorizar as diversas formas de cultura que compõem a identidade nacional, ressaltando as consequências de uma história de práticas de preservação cultural excludentes.

#### 1.1.1 Educação Patrimonial, memória e identidade

A reflexão de Paul Ricoeur (2007) sobre a memória, abordando a tensão entre a memória pessoal e a memória coletiva, pode ser contrastada com os princípios da Educação Patrimonial aplicados ao sobá de Campo Grande, um prato que se tornou Patrimônio Cultural Imaterial da cidade. Ricoeur (2007) em sua análise, percorre a tradição filosófica do olhar interior (Santo Agostinho, John Locke, Husserl) e do olhar exterior (Maurice Halbwachs), para concluir que a memória é simultaneamente pessoal e coletiva. Ele argumenta que a memória individual sempre contém marcas do social, e que o ato de recordar é uma experiência pessoal que, inevitavelmente, reflete as influências e interações sociais. Essa memória pessoal e coletiva é atribuída a três esferas: a si mesmo, aos próximos, e aos outros.



Aplicando esses conceitos ao sobá de Campo Grande, nota-se como este prato não é apenas uma expressão culinária, mas também um ponto de confluência entre memórias individuais e coletivas. A Educação Patrimonial, ao focar no sobá, utiliza-o como uma ferramenta para o conhecimento e valorização das heranças culturais tanto a nível individual quanto coletivo. Este processo educativo enfatiza a importância do contato direto com o sobá para entender a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido e adaptado.

Por exemplo, o sobá, que tem suas raízes na culinária Okinawa, foi trazido para o Brasil por imigrantes e, ao longo do tempo, foi incorporado e adaptado pelos habitantes de Campo Grande. Este prato representa a memória coletiva da comunidade japonesa e sua integração na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se torna uma memória pessoal para cada indivíduo que o prepara e consome. Assim, ensinar sobre o sobá através da Educação Patrimonial destaca a interconexão entre o individual (o aprendizado e apropriação pessoal do sobá) e o coletivo (a memória e identidade cultural da comunidade de Campo Grande).

Pode-se questionar, então, afinal, a identidade cultural do sobá de Campo Grande pertence exclusivamente ao seu grupo originário, a Comunidade Okinawa, abrange-se aos japoneses locais, Okinawa e não-okinawa, ou é produto campo-grandense, a partir do momento que este se modifica e adapta-se aos insumos e gostos locais? O fato é que, o sobá de Campo Grande não pode ser considerado deste ou aquele, como coisa singular – mas faz parte de uma totalidade, que seria o hibridismo cultural.

Laura Gomes (2012) em sua dissertação “Territorização Okinawa - Utinanchú a partir do sobá em Campo Grande/MS”, nos apresenta o conceito de hibridização cultural – ou identitária. Segundo Gomes (2012), a cultura de uma sociedade é moldada por relações sociais historicamente construídas em espaços concretos, onde a vida social e cultural se manifesta. As interações cotidianas entre os sujeitos produzem e reproduzem o território, dinamizado por simbolismos e forças sociais. Esse território é resultado de trocas e hibridações culturais mediadas por sistemas simbólicos e vivenciadas diretamente pelas coletividades, estabelecendo uma relação existencial entre sociedade e espaço vivido.

Di Meo (1999) atribui ao território uma dupla natureza: concreta/objetiva e simbólica/subjetiva. De modo semelhante, Santos (1987) vê o território não apenas como um arranjo de objetos para produção, circulação e moradia, mas também como um mundo simbólico. Le Bourlegat (2012) diferencia entre o "território em si", o mundo material de elementos físicos, e o "território para si", o mundo existencial que inclui memória, conhecimento, crenças e valores, formando um constructo mental da realidade vivida, pleno de sentimentos e significados. A construção territorial ocorre por meio da apropriação, em que

indivíduos e sociedade criam estratégias mediadas pela cultura, mobilizando saberes historicamente interiorizados e sentimentos sobre o território (Le Bourlegat, 2012). Bonnemaison (2002) e Raffestin (1993) afirmam que a territorialidade reflete como as coletividades vivem, se representam e estabelecem relações no seu território, sendo um processo e produto de um sistema de relações existenciais e produtivas.

A migração envolve os processos indissociáveis de desterritorialização e reterritorialização. Quando os migrantes deixam seu território de origem, eles passam por uma desterritorialização, que resulta na reterritorialização no novo local de destino. A partir dos anos 80, a conectividade global e a rápida circulação de bens, informações e indivíduos intensificaram esses processos. Segundo Marandola Jr (2008), a desterritorialização provoca uma busca por segurança existencial, levando os migrantes a reestabelecerem laços no novo território.

Esse processo, de reterritorialização, adaptação, conexão, transforma tanto o migrante quanto a sociedade de acolhimento, levando à formação de laços afetivos e à criação de um novo modelo espacial na mente do migrante, resultando em uma integração mais profunda e significativa no novo local de vida (Gomes, 2012). A apropriação de um território com regras e ordem estranhas, segundo Certeau (1994), ocorre através do cotidiano silencioso vivido por indivíduos nesse espaço. Esses sujeitos utilizam estratégias baseadas em seus saberes culturais e modos de fazer, subvertendo a ordem estrutural a seu favor sem rejeitá-la. No cotidiano, busca-se dominar o tempo, transformando eventos em oportunidades por meio de criatividade e astúcia. Através de ações calculadas e táticas, os indivíduos podem manipular os acontecimentos para acumular benefícios, conquistando assim os espaços. Esse processo de territorialização ocorre através do uso cotidiano do espaço e do tempo, em um trabalho gradual e minucioso.

Reconhece-se a importância das memórias individuais e coletivas, e como estas se entrelaçam. Enquanto Ricoeur (2007) se foca na fenomenologia da memória e na busca interior e exterior da lembrança, a Educação Patrimonial se concentra na aplicação prática dessas memórias, utilizando o sobá como um ponto de partida para o entendimento e valorização da memória coletiva e individual.

Portanto, ao aplicar os conceitos de Ricoeur ao sobá de Campo Grande, observa-se como o prato funciona como um símbolo vivo da tríplice atribuição da memória (a si, aos próximos, aos outros). A Educação Patrimonial, ao utilizar o sobá, facilita a compreensão desta memória coletiva e individual através do contato direto com o patrimônio cultural, reforçando a identidade e a cidadania da comunidade. Enquanto Ricoeur oferece uma base filosófica para

entender a profundidade e complexidade dessas memórias, a Educação Patrimonial operacionaliza essas ideias, usando o sobá para conectar as pessoas à sua história e cultura.

O sobá, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial, exemplifica a noção de “Patrimônio Vivo” descrita por Horta, Grunberg e Monteiro (1999). De origem japonesa e adaptado em Campo Grande, o prato reflete a transmissão intergeracional de saberes e a recriação contínua das tradições no cotidiano. Mais que uma receita, representa uma expressão da identidade cultural local, reforçando a diversidade que compõe o patrimônio brasileiro. Ao integrar o sobá ao patrimônio cultural, valoriza-se a cultura viva — presente nas práticas e saberes cotidianos —, revelando a riqueza das influências étnicas e regionais que moldam as identidades nacional e local. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) pontuam que,

O Patrimônio Cultural Brasileiro não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos já consagrados e protegidos pelas Instituições e Agentes Governamentais. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p.5).

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), para utilizar o patrimônio no ensino de história, é fundamental empregar objetos culturais como fontes primárias de informação, que ajudam a revelar a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foram criados e utilizados. Isso implica usar objetos reais, edificações, paisagens, manifestações populares e até fragmentos arqueológicos para explorar significados, processos de criação, trocas e usos diferenciados. Conforme apontam os autores (1999),

Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999, p.7).

Professores podem desenvolver uma metodologia que incentive a observação e análise direta desses objetos, promovendo uma compreensão mais profunda dos modos de vida passados e presentes. Por exemplo, um simples utensílio doméstico pode ser utilizado para explicar aspectos da vida cotidiana, enquanto um edifício histórico pode ilustrar a evolução das técnicas de construção e das soluções de problemas urbanos. Conforme a obra “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos”, Florêncio et al (2012) destaca que,

Nos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos (Florêncio et al, 2012, p.19)

A abordagem da Educação Patrimonial deve transformar esses objetos em peças centrais no desenvolvimento do currículo, ao invés de meras ilustrações, possibilitando que os alunos interpretem e decodifiquem os significados culturais de maneira ativa e crítica. Essa prática não requer conhecimento especializado por parte do educando, apenas a habilidade de observação e análise, facilitando uma aprendizagem mais envolvente e contextualizada (Horta, Grunberg, Monteiro, 1999).

## 1.2 O CURRÍCULO DE HISTÓRIA: PATRIMÔNIO E MIGRAÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil aborda o patrimônio cultural e imaterial principalmente no contexto das disciplinas de História e Geografia. A BNCC define competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, incluindo o entendimento e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

A BNCC (2017) ressalta a importância de conhecer e valorizar as diversas manifestações culturais brasileiras, incluindo o patrimônio material e imaterial. Isso implica compreender práticas, saberes e modos de fazer transmitidos ao longo do tempo, que constituem a identidade e a diversidade cultural do país. Ao reconhecer o patrimônio cultural como componente essencial da formação histórica e identitária dos estudantes, a BNCC propõe sua inclusão nos currículos regionais e locais, articulando o universal ao singular. Conforme elucida Fioravante (2020),

O último PNE, (2014-2024), aprovado pela Lei nº 13005/2014, já incorporando o Ensino Fundamental de nove anos, propõe a criação de uma Base Nacional Curricular Comum, a BNCC, dessa vez de forma sistemática: cerca de 60% do conteúdo abrangeria o conhecimento geral e 40% ficaria sob autonomia de cada estado/município (Fioravante, 2020, p.54)

Ressalta-se que a escolha de um tema relacionado à história local dá-se pelo fato de que a produção do conhecimento histórico quando descentralizado da historiografia tradicional, que se pretende quase sempre universal, pode oportunizar aos sujeitos de tal saber um senso de pertencimento que tende a colaborar com a compreensão de sua própria história, ou conforme defende Aryana Costa (2019),

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe torná-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas ‘menores’ e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondem aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem o conhecimento (dos próprios professores e alunos, da comunidade, de associações e organizações locais, das universidades) (Costa, 2019, p. 132).

Corroborando este pensamento, a Professora Vilma de Lurdes Barbosa pondera que

[...] o ensino de história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir e de prenunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabelecem, na realidade mais próxima. Apresenta-se a abordagem da história cotidiana e dos fatos presentes introduzindo a possibilidade de resgatar o passado, através de variadas formas, entre elas, o uso de fontes disponíveis na própria localidade - quando existirem: os livros, a literatura de cordel, músicas e poesias, as fotografias, o patrimônio histórico material e imaterial, os documentos dos arquivos, bem como, descobrindo e explorando as fontes vivas através de depoimentos orais (Barbosa, 2006, p. 66-67).

Enquanto a BNCC (2017) preconiza pelo conhecimento universal, o referencial municipal, da cidade de Campo Grande/MS, – o Currículo de Referência – REME (2020), entrega a relação deste conhecimento universal ao singular – o regional. Quando se aponta a inclusão do Sobá como Patrimônio Histórico-cultural e Imaterial da cidade de Campo Grande, é necessário expor não somente o patrimônio como fonte – mas do processo de hibridismo identitário à qual ele foi submetido, da inserção da comunidade japonesa Okinawa advinda de imigração já no início do século XX. De modo geral, o processo migratório é trabalhado inicialmente nos anos iniciais, sendo:

No terceiro ano do ensino fundamental, os estudantes são incentivados a compreender e comparar diferentes perspectivas sobre eventos significativos locais, considerando aspectos sociais, culturais e a presença de diversos grupos étnicos, como as culturas africanas, indígenas

e de migrantes<sup>2</sup>. Isso contribui para uma reflexão sobre os desafios sociais, culturais e ambientais enfrentados na cidade e no município onde vivem.

Já no quarto ano do ensino fundamental, os alunos exploram questões históricas relacionadas às migrações no Brasil, abordando tanto os processos migratórios do final do século XIX e início do século XX quanto as dinâmicas internas de migração a partir dos anos 1960. Eles são encorajados a analisar as mudanças associadas à migração na sociedade em que vivem, ampliando seu entendimento sobre os impactos históricos e sociais desses movimentos populacionais<sup>3</sup>.

No que concerne ao Patrimônio, já partindo ao currículo local, o Referencial Curricular da REME (Campo Grande, 2020), já no terceiro ano, os estudantes são estimulados a identificar e discutir os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região, abordando tanto os patrimônios materiais quanto os imateriais. Eles aprendem sobre o conceito de patrimônio cultural e exploram as razões culturais, sociais e políticas que conferem importância a esses bens. Além disso, é destacada a relevância da gestão adequada dos patrimônios para a preservação da memória coletiva, promovendo a compreensão dos critérios utilizados para definir e valorizar esses patrimônios. Os alunos também são introduzidos às contribuições significativas dos povos indígenas e afrodescendentes para o patrimônio histórico, social e cultural da cidade, ampliando sua percepção sobre a diversidade e riqueza cultural presente em seu entorno<sup>4</sup>. As recomendações didáticas acerca do Patrimônio do 3º ano do ensino fundamental I são:

A habilidade EF03HI04 consiste em pesquisar, reconhecer e indicar quais são os patrimônios históricos e culturais da cidade de vivência do aluno. A discussão em torno do porquê de serem considerados patrimônios implica inferir, explicar e argumentar, baseando-se em informações culturais, sociais e políticas a respeito deles. Pode-se prever formas de oportunizar aos alunos o conhecimento do patrimônio material (inclusive através de fotografias) da cidade. Isto é, locais e edificações de referência cultural para a população (mercados, feiras, santuários, lojas comerciais antigas, oficinas, bibliotecas públicas etc.), bem como vivenciarem o patrimônio imaterial da cidade (cantigas, festejos, produção artesanal típica, comidas etc.). O aluno deverá entender o conceito de patrimônio relacionado à ideia de pertencimento, valorização e preservação da memória do município. Sugere-se, nesta habilidade, pesquisar, reconhecer e indicar quais são os patrimônios históricos e culturais da cidade de vivência do aluno (Campo Grande, 2020, p.131-132).

<sup>2</sup> Habilidades: (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.

<sup>3</sup> Habilidades: (EF04HI11) Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).

<sup>4</sup> (CG.EF03HI04.s) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

Conforme exposto pelo Professor Almir Oliveira (2019) em um de seus ensaios: “pode-se pensar em um potencial caráter educativo para o patrimônio cultural?”,

[...] o patrimônio pode assumir, papel esse que pode ser explorado nas atividades, nas ações educativas realizadas por meio da prática da educação patrimonial, quando esse é usado para demonstrar as relações de permanências e mudanças ou de semelhanças e diferenças entre sociedades localizadas em tempos diversos/diferentes, bem como em múltiplos espaços, quanto a forma de pensar, de agir, de produção de um saber, de construir, de habitar, de alimentar, de vestir etc (Oliveira, 2019, p. 100).

Tendo essa iniciação ao processo de construção identitária, no 4º ano, os estudantes têm por “conhecimentos específicos” aprender sobre “os movimentos migratórios das populações e como isso interferiu na formação da sociedade de Campo Grande”. Como recomendação didática, o documento sugere:

A habilidade CG.EF04HI10.s consiste em apontar os fluxos migratórios para o Brasil ao longo da história (indígenas, portugueses, africanos, italianos, japoneses etc.) e explicar sua herança cultural para a sociedade brasileira (língua, valores, costumes etc.). O aluno deverá ter uma visão histórica mais panorâmica da formação da sociedade brasileira, identificando os diversos fluxos migratórios, sua cronologia e os motivos da migração para o Brasil, reconhecendo, enfim, a multiplicidade étnica da sociedade. [...] A habilidade CG.EF04HI11.s diz respeito a avaliar se a migração ocorrida em Campo Grande provocou ou não mudanças no espaço e nas relações sociais de seu lugar de vivência. Promover um debate sobre os fluxos migratórios (internos e internacionais) que contribuíram para a formação da cidade. Que grupos formaram a cidade? Quando e por que migraram? Isolaram-se em uma área ou bairro ou se integraram à sociedade? Que trabalho exerceram inicialmente? Seus descendentes estudam na mesma escola? Tenho amigos nesses grupos? Essas e outras perguntas contribuem para desenvolver as habilidades de descrever, selecionar, interpretar e inferir (Campo Grande, 2020, p.141).

No 5º ano, o Currículo da REME (2020) traz à tona o tema do Patrimônio Cultural<sup>5</sup>, desta vez tendo como “conhecimento específico” compreender acerca do “[...] Patrimônio cultural como instrumento de manutenção da cultura material e imaterial; Os patrimônios materiais e imateriais de Mato Grosso do Sul, analisando as mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo” (Campo Grande, 2020, p.144-145). No 5º ano, as recomendações didáticas são:

A habilidade CG.EF05HI10.s sugere a identificação dos diferentes patrimônios histórico-culturais (materiais e imateriais) da humanidade e suas

---

<sup>5</sup> (CG.EF05HI10.s) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.

transformações no decurso da história. O professor, juntamente com o aluno, deverá pesquisar fontes históricas de patrimônios presentes, como realizar visitas aos museus históricos e lugares onde possuem esses patrimônios; podendo também conhecer por meio de recursos, tais como: fotografias, filmes, vídeos etc., discutir a importância e relevância que eles possuem na sociedade. Esta habilidade pode ser explorada em uma escala local, identificando os patrimônios históricos de Campo Grande, seus significados, os grupos sociais que representam, seu estado de conservação, entre outros (Campo Grande, 2020, p.145).

Logo, observa-se que aos alunos já são apresentados previamente conceitos básicos do ensino de História, como “Patrimônio” e “Migração”. No entanto, destaca-se aqui dois pontos: 1) o ensino de História, no ensino fundamental I, é ministrado pelo professor regente licenciado em Pedagogia – que também leciona Língua Portuguesa, Matemática, Geografia. O professor de História virá a reforçar estes conceitos ao longo do ensino fundamental II, quando os componentes curriculares são ministrados pelos professores especializados em cada área. 2) Embora seja exposto aos estudantes os conhecimentos regionais/locais ao longo do ensino fundamental II, alinhado ao conhecimento geral, conforme preconiza a BNCC – no 8º ano tem-se o componente curricular História Regional, em que os estudantes aprendem sobre “Origem e a formação de Campo Grande” e “A Marcha para o Oeste e os processos migratórios no processo de ocupação da região do atual Mato Grosso do Sul”. O documento expõe que:

No que concerne à história regional, é importante relacionar a conjuntura nacional com as questões locais, a exemplo da ocupação territorial no contexto da Marcha para o Oeste. Para tanto, é possível lançar mão dos arquivos públicos estaduais e municipais, além do acervo de museus da cidade, abordando, inclusive, através de fontes históricas diversas, a questão da fundação de Campo Grande e o progressivo aumento da importância da cidade na região sul do antigo estado de Mato Grosso (Campo Grande, 2020, 172).

Deste modo, pode-se criar uma sequência didática no ensino de História Regional, que contemple o processo de migração japonesa para a localidade que hoje é a cidade de Campo Grande/MS, iniciado no século XX, a criação da Comunidade Okinawa, questões como cultura, crenças, tradições, que foram sendo disseminadas e passaram a fazer parte da identidade campo-grandense, e vice-versa – chegando à temática final do Sobá como patrimônio cultural e imaterial de Campo Grande. Com base na compreensão de patrimônio e sua relevância, pontua-se que, ao considerar o Sobá como patrimônio cultural de Campo Grande, torna-se possível estabelecer uma relação muito proveitosa entre a Educação Patrimonial e o Ensino de História. Silva (2019) pontua que,



[...] por meio da prática de atividades de Educação Patrimonial, o patrimônio cultural pode e deve ser utilizado por todos que compõem nossa sociedade, sejam na condição de crianças, jovens ou adultos, como fonte para o conhecimento, tanto individual, quanto coletivo, sobre o nosso passado, sobre nossas tradições, capacitando nos para que possamos ser capazes de usufruir e valorizar nossa herança cultural, bem como mediante processos de criação cultural, quando necessário estejamos capacitados a atos de ressignificação, incorporando-a a nossa vida cotidiana[...] (Oliveira, 2019, p. 98).

Partindo do tipo de objeto – o Sobá, como alimento e como patrimônio cultural – pontua-se a necessidade de discorrer, ainda que brevemente, acerca da relação entre História e Alimentação, que será abordada a seguir.

### 1.3 ALIMENTAÇÃO E HISTÓRIA

No livro "O Ensino de História e seu currículo: teoria e método" Gerado Horn e Geyso Germinari (2006) destacam a importância de valorizar documentos históricos produzidos pela ação humana, como um livro de receitas familiares transmitidas de geração em geração. Eles argumentam que esses documentos não só conectam as experiências de vida dos alunos com outras histórias individuais, mas também enriquecem a compreensão da história local. Essa abordagem sustenta a aplicação de questionários e entrevistas aos alunos e seus familiares, visando integrar o conteúdo histórico à realidade dos educandos e resgatar memórias, possibilitando a valorização do conhecimento transmitido pelos alunos através de suas interações sociais (Horn; Germinari, 2006, p. 79). Gilberto Freyre, em sua obra "Açúcar: Uma sociologia do doce" (2007), também enfatiza a importância das receitas culinárias como fontes históricas e fenômenos culturais que resistem ao tempo, legitimando sua relevância como arte e parte integrante da cultura.

De acordo com Oliveira (2018) a História da Alimentação é crucial para proporcionar conhecimento, compreensão e *insight* sobre diversas sociedades ao longo da história. A alimentação, além de sustento básico, carrega uma riqueza de informações sobre aspectos variados da vida humana. Ela atua como um elemento definidor de identidades e trocas culturais, mediador entre diferentes culturas, símbolo de poder, status e amizade. Estudando a história da alimentação, é possível explorar o cotidiano e as mentalidades, além dos aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos de diferentes agentes históricos. Para Ramos (2010),

A história também pode ser entendida através da evolução dos hábitos e costumes alimentares. Além de ser parte importantíssima da sobrevivência material da espécie, a alimentação está ligada a questões culturais e religiosas, a distinções sociais, étnicas, regionais e até de gênero, a problemas ambientais,

ao desenvolvimento econômico, às relações de poder e a tantos outros assuntos que demandam a atenção dos historiadores (Ramos, 2010, p. 95).

Sidney Mintz (2001), em seu artigo "Comida e Antropologia: uma breve revisão", estabelece uma conexão profunda entre antropologia e história natural ao explorar o papel crucial da alimentação nos estudos culturais. Mintz argumenta que os hábitos alimentares não apenas refletem, mas também moldam as culturas, revelando aspectos essenciais das sociedades, como comportamento, identidade e relações sociais. Ele enfatiza que, embora os padrões alimentares possam evoluir ao longo do tempo, a memória dos primeiros aprendizados alimentares permanece significativa e influente na consciência individual e coletiva. Essa abordagem inspirou a estruturação de questões em um questionário aplicado a educandos e seus familiares, buscando entender as mudanças e continuidades nas dinâmicas sociais e culturais enfrentadas pela sociedade. Medeiros (2005, p.69) corrobora este pensamento ao afirmar que "A história da alimentação faz parte da história do cotidiano e pode abranger, além da história dos alimentos, a sua produção, distribuição, preparo e consumo. O consumo é importante, mas também o quando, onde, como e com quem se consomem os alimentos".

Uma abordagem por meio da Nova História Cultural amplia o escopo do componente curricular História, ao incluir temas como o cotidiano, as mentalidades e o vestuário. Dentro desse contexto, a história da alimentação emerge não apenas como um aspecto cultural, mas também como uma dinâmica social essencial. De acordo com Burke (2008), a Nova História Cultural compartilha uma preocupação com o simbólico e suas interpretações, destacando que símbolos, conscientes ou não, permeiam todas as esferas da vida, desde a arte até o cotidiano. Essa abordagem simbólica oferece uma perspectiva rica para explorar o passado e suas complexidades culturais.

Montanari (2009) destaca que as identidades culturais ligadas à alimentação não são fixas no patrimônio genético de uma sociedade, mas dinâmicas e capazes de se transformar e adaptar em novos contextos através do contato com diferentes culturas e identidades. Ele exemplifica isso com sincretismos culturais alimentares, como a fusão da tradição romana com a germânica, que gera novos padrões alimentares, contrastando com a rejeição islâmica a essas novas combinações na Europa. Essa visão ressalta que a cultura alimentar pode incorporar elementos de diversas culturas, um fenômeno presente e influente no cotidiano contemporâneo. Montanari (2013), em outra obra, intitulada "Comida como cultura", enfatiza que a comida é um elemento crucial da identidade humana, sendo produzida, preparada e consumida de maneiras que refletem escolhas individuais e múltiplos critérios culturais, sendo também um poderoso meio de comunicar identidade.

Utilizar a história da alimentação abre um leque de possibilidades, que podem ser elencados em uma sequência didática. Pode-se apresentar o contexto no qual ela foi criada, como eram colhidos os insumos, como eram preparados, quem realizava o preparo, se era coletivo ou individual, se era independente de gênero ou classe social. Pode-se realizar um comparativo, se o mesmo alimento existe hoje, se ele foi impactado com as transformações geracionais, tecnológicas. Pode-se levar o alimento pronto ou preparar com os alunos, para que estes compreendam o processo – e possam experimentar algo novo, além da dinâmica em sala.

Adriana Sassi de Oliveira (2018), em sua dissertação “A história da alimentação como ferramenta de ensino de história”, buscou investigar a compreensão dos estudantes em duas escolas em Santa Maria/RS, - uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio – por meio de uma sequência didática que tinha como tema a alimentação “medieval”. De acordo com a autora (2018) o uso da alimentação como fonte para pesquisa histórica não apenas renovou as práticas de ensino, mas também tornou o aprendizado mais interessante, participativo e envolvente. Isso resultou em uma melhor compreensão e assimilação do contexto histórico pelos alunos, que puderam fazer conexões significativas entre passado e presente, percebendo como a tradição alimentar ao longo do tempo reflete mudanças e continuidades na humanidade.

Conforme elucidado por Mattas (2018) e Fioravante (2020), é necessário descentralizar o conhecimento histórico do “manual didático”<sup>6</sup>. Uma vez que, por hora, o ensino de História Regional na rede municipal de ensino, não conta com este instrumento didático – a utilização de fontes, primárias e secundárias, propiciam o enriquecimento da aula e trazem o conhecimento culturalmente significativo.

As manifestações culturais, em suas diversas formas de expressão, conseguem resistir às barreiras impostas pelo tempo e pelo espaço. Elas são resilientes, sobrevivendo e se perpetuando ao mesclar-se com elementos de outras culturas, enriquecendo-se e fortalecendo-se através dessa fusão sincrética. De acordo com Geertz (2008) o conceito de cultura consiste num padrão de significados presentes nas formas simbólicas, englobando ações, expressões verbais e objetos significativos, através dos quais os indivíduos se comunicam e compartilham suas experiências, concepções e crenças.

---

<sup>6</sup> Termo cunhado por Gilberto Luiz Alves (2001) ao se referir ao Livro Didático. De acordo com o autor, o livro didático entrega tudo “pronto”, como textos, exercícios, sequências didáticas, de modo que o professor não precisa pensar, como se fosse um manual – seguindo a lógica de Comenius em a Didactica Magna que o instrumento didático citado serviria para que qualquer homem mediano pudesse lecionar.

Reforçando a necessidade de justificar com mais precisão o significado de cultura a qual nos remetemos, compartilhamos com Thompson (1995, p. 165) a tese segundo a qual “a vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural”, mas possui antes de tudo uma dimensão simbólica na medida em que

[...] é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem (Thompson, 1995, p. 165).

Dentre as manifestações passíveis de serem classificadas como culturais a partir das perspectivas acima apresentadas, acreditamos ser a alimentação um incontestável exemplo, especialmente quando compreendida para além de uma mera necessidade biológica/econômica, mas conforme Montanari (2008, p. 157-158), como expressão da cultura não só quando praticada, mas também quando preparada e consumida. Em outras palavras, uma operação que envolve várias etapas em sua consecução, começando pela seleção dos ingredientes, o modo de manipulá-los, a forma de servi-los e, por fim, até mesmo a maneira de degustá-los. Em suma, “comida é cultura”<sup>7</sup>.

Alinhados a essa perspectiva, os antropólogos Jesus Contreras e Mabel Gracia (2005) desenvolvem em “Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas” (sem tradução) o conceito de cultura alimentar como um conjunto de representações, crenças, conhecimentos e práticas. Pode ser herdada ou aprendida e está associada à alimentação compartilhada por indivíduos de uma cultura. De acordo com autores, pode-se mesmo dizer que tal conceito refere-se a padrões, práticas, implicações, valores e significados associados à comida e à alimentação em uma determinada sociedade ou grupo cultural. Ele engloba não apenas os alimentos consumidos, mas também os modos como são produzidos, preparados, distribuídos, consumidos e percebidos pelas pessoas.

Os hábitos alimentares, nesse contexto, reforçam o sentimento de unidade, continuidade e coerência, pois são constantes na vida humana e carregados de memórias, sobretudo da memória social. Como afirma Montanari (2013, p. 11), “o gosto é, portanto, um produto cultural, resultado de uma realidade coletiva e partilhável [...], uma complexa construção histórica”. A alimentação, assim, ultrapassa a necessidade biológica: é também um ato social e uma manifestação cultural, carregada de simbolismos que revelam aspectos da história de um lugar e de seus protagonistas — visíveis ou invisíveis.

---

<sup>7</sup> Citado por Montanari (2009)

## **2 A CONSTRUÇÃO DO SOBÁ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE CAMPO GRANDE – MS**

Os estudos sobre a história da alimentação desempenham um papel crucial na compreensão das dinâmicas culturais, sociais e históricas das sociedades, sendo um campo valioso para analisar como práticas alimentares preservam costumes, tradições e laços geracionais. A alimentação não se limita à satisfação de necessidades biológicas; ela é um elemento cultural profundamente enraizado, capaz de narrar histórias de migração, adaptação e resistência cultural.

No caso do sobá de Campo Grande, essa perspectiva torna-se evidente. Introduzido por imigrantes japoneses no início do século XX, o prato sofreu transformações ao longo do tempo, adquirindo características locais e consolidando-se como um símbolo cultural da cidade, demonstrando como a alimentação pode ser um meio de integração e afirmação identitária em contextos migratórios.

Ao longo de gerações, a culinária tradicional funciona como um elo entre passado e presente, preservando práticas ancestrais que fortalecem a identidade de grupos e comunidades. No caso dos imigrantes, como os japoneses em Mato Grosso do Sul, o preparo e consumo de pratos tradicionais como o sobá não apenas reafirmam suas raízes culturais, mas também estabelecem um senso de pertencimento em terras estrangeiras. Além disso, a alimentação é um espaço de construção de hierarquias sociais dentro das famílias e comunidades. O conhecimento sobre o preparo de certos alimentos, transmitido entre gerações, reforça o papel de determinados membros da comunidade como guardiões da tradição, valorizando a experiência e o respeito aos mais velhos. Como aponta Bourdieu (2007), as práticas alimentares estão relacionadas à distinção social e à reprodução cultural, revelando como a escolha dos alimentos, sua preparação e os contextos de consumo refletem e reforçam estruturas sociais.

No contexto de Campo Grande, a ocupação dos espaços, como feiras e mercados, desempenha um papel central na ressignificação cultural do sobá. Esses espaços não apenas promovem a disseminação do prato para além da comunidade japonesa, mas também reforçam a ideia de pertencimento local, onde o sobá se torna um símbolo de identidade regional. Como argumenta Appadurai (1981), os alimentos são mediadores culturais que permitem a negociação de identidades e pertencimentos em contextos de migração e globalização. Portanto, estudar a história da alimentação, como no caso do sobá, é compreender as intersecções entre memória, identidade e poder cultural. Logo, o sobá de Campo Grande transcende sua função

gastronômica para se tornar um símbolo da resistência cultural, da adaptação criativa e da construção coletiva de identidades em contextos de migração e ocupação de espaços.

## 2.1 A HISTÓRIA DE QUEM FAZ: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE OKINAWA

A anexação de Okinawa ao Império japonês em 1879 motivou o abandono inicial desse território. Em 1895, Brasil e Japão firmaram o "Tratado da Amizade, de Comércio e de Navegação", que estreitava as relações entre os países, regulamentando comércio, navegação, liberdade de culto e proteção aos cidadãos (Kanashiro, 2000). Após a abolição da escravidão, o Brasil enfrentava a escassez de mão de obra na produção cafeeira, enquanto o Japão acumulava dívidas das reformas Meiji, focadas na modernização e industrialização do país (Kanashiro, 2000). No entanto, a crise na exportação de café levou o Brasil a adiar a imigração japonesa (Itokazu, 2000). Em 1900, o déficit de mão de obra aumentou devido à migração de europeus para outros países latino-americanos, atraídos por propagandas de empresas colonizadoras (Gomes, 2008).

A imigração para o Brasil começou efetivamente em 1908, marcada pela chegada do navio Kasato Maru em 18 de junho de 1908, trazendo 781 imigrantes, dos quais 325 eram oriundos de Okinawa (Saito, 1961 apud Sousa, 2007). Entre 1908 e 1925, o Governo do Estado de São Paulo subsidiou parte das passagens marítimas, que eram cobradas dos imigrantes com descontos em seus salários (Saito, 1961). Originários de um Japão enfrentando crises econômicas e superpopulação, os primeiros imigrantes buscavam oportunidades melhores no exterior, inicialmente nos Estados Unidos e depois no Brasil, onde foram atraídos para trabalhar nas fazendas de café. A sua chegada não foi sem controvérsias, enfrentando resistência e sendo estigmatizados como "estrangeiros" devido à sua origem étnica e física distinta (Kubota, 2008; Kubota, 2015).

Ao desembarcarem no Brasil, os japoneses causaram grande espanto entre os brasileiros que os avistaram pela primeira vez, os quais não tinham expectativas sobre o que esperar desse povo (Handa, 1987). Diferentemente dos imigrantes vindos do sul da Europa, que desembarcaram em condições precárias, os nipônicos chegaram demonstrando extremo cuidado com a higiene; suas vestimentas estavam impecáveis e muitos homens ostentavam medalhas de guerra em seus casacos (Handa, 1987). Os imigrantes adquiriram suas roupas com seu próprio dinheiro e trouxeram apenas vestimentas limpas e novas, deixando uma impressão

positiva. As mulheres, por exemplo, frequentemente usavam luvas brancas de algodão (Handa, 1987).

Durante o período de 1908 a 1925, o governo de São Paulo, em colaboração com fazendeiros, subsidiou parte das passagens marítimas dos imigrantes japoneses, que posteriormente reembolsavam essa dívida através de descontos em seus salários (Saito, 1961, p. 29-33). Essa iniciativa foi suspensa devido à alta rotatividade dos trabalhadores nas fazendas de café, onde muitos se transferiam para outras áreas em busca de melhores condições (Handa, 1987, p. 55). Apesar disso, em 1916, a Brasil Imim Kumiai conseguiu renovar as concessões de imigração japonesa (Handa, 1987, p. 55).

A imigração japonesa para o Brasil no período inicial era vista como temporária, com planos de retorno ao Japão após acumular riquezas (Saito, 1980, p. 85). No entanto, devido às condições de trabalho e à falta de êxito nas fazendas de café, muitos imigrantes permaneceram no Brasil, alterando os planos originais de retorno (Handa, 1987, p. 56-60).

Entre 1926 e 1941, ocorreu o segundo período de imigração japonesa, incentivado e subsidiado pelo governo japonês, que buscava mercados de investimento fora do país devido à desvalorização do capital interno após a Primeira Guerra Mundial (Saito, 1961, p. 35). Esse período foi marcado por investimentos japoneses no Brasil, especialmente na produção de café e na aquisição de terras (Saito, 1961, p. 34). Esses períodos de imigração japonesa para o Brasil foram influenciados por políticas de subsídio de passagens, dificuldades de adaptação nas fazendas de café e estratégias de investimento japonês no país, delineando um cenário complexo de migração e fixação no Brasil.

Durante o segundo período de imigração japonesa para o Brasil (1926-1941), houve um direcionamento para a imigração de proprietários e investimentos de capital japonês. Isso ocorreu após a implementação de um regime de cotas que limitava a entrada anual de imigrantes estrangeiros a 2% do total da respectiva nacionalidade nos últimos 50 anos, visando especialmente aos japoneses (Saito, 1961, p. 37). Essa política foi debatida na Assembleia Constituinte, onde se misturaram questões históricas de imigração com teorias eugênicas sobre o futuro do Brasil (Lesser, 2001, p. 212). A aprovação dessas cotas em 1934 reduziu drasticamente o número de japoneses admitidos anualmente, refletindo um contexto de crescente retórica anti-japonesa, especialmente durante a campanha de brasilidade (Lesser, 2001, p. 251-252). Apesar dos interesses econômicos do Brasil em mão-de-obra para as fazendas cafeeiras e das pressões do governo japonês por causa do excesso populacional, havia forte oposição à entrada de japoneses no país (Sakurai *et al.*, 1995, p. 135).

Durante o Estado Novo, iniciado em 1937 por Getúlio Vargas, a questão da imigração assumiu proporções de segurança nacional, temendo-se que comunidades étnicas isoladas não se assimilassem à sociedade brasileira, especialmente japoneses e outros não-brancos (Seyferth, 1999, p. 202). As colônias japonesas no Brasil se organizaram em associações, escolas e imprensa étnica, que serviam tanto para preservar a cultura japonesa quanto para propagar a migração entre as colônias, o que causava preocupações nacionalistas no Brasil (Sakurai *et al.*, 1995, p. 135). Deste modo, o período entre 1926 e 1941 foi marcado por políticas restritivas de imigração, debates legislativos sobre a assimilação dos imigrantes japoneses e preocupações com a preservação da identidade nacional brasileira diante da crescente presença étnica japonesa.

Durante o terceiro período de imigração japonesa para o Brasil (1942-1951), os imigrantes optaram por se estabelecer permanentemente no país após a Segunda Guerra Mundial, cortando seus laços com o Japão. Essa fase foi marcada por uma mudança na atitude dos imigrantes, que abandonaram o plano inicial de migração temporária para uma perspectiva de longo prazo, planejando suas atividades econômicas com maior firmeza. A expressão "perigo amarelo" ganhou maior ênfase com o alinhamento do Japão aos Países do Eixo, gerando uma posição delicada para os japoneses no Brasil. Após a guerra, aumentou a tensão social entre imigrantes japoneses e brasileiros, refletida em atos de terrorismo e tensões faccionais na comunidade. A partir de 1951, houve uma mudança na composição dos imigrantes, com maior presença de colonos japoneses focados na agricultura, em contraste com o período anterior dominado por trabalhadores (Saito, 1961).

#### 2.1.1 O processo de chegada dos Okinawa em Campo Grande – MS

A cidade de Campo Grande, também chamada "Cidade Morena" devido ao tom avermelhado do solo, foi fundada em 26 de agosto de 1899 por migrantes vindos do Triângulo Mineiro. Seu desenvolvimento foi impulsionado pela inauguração da Estrada de Ferro Noroeste em 14 de outubro de 1914, transformando-a em um centro comercial e de serviços. A imigração japonesa inicial em Mato Grosso do Sul começou em 1909 com 75 imigrantes que se dirigiram a Campo Grande para trabalhar na construção da ferrovia, atraídos por melhores condições de trabalho em comparação com as fazendas (Kubota, 2008). Esses imigrantes foram transportados pela construtora em um navio cargueiro, que alcançou Porto Esperança pelo rio Paraguai, passando pela Argentina e Paraguai (ARCA, 1991). Em 1910, um grupo de imigrantes solteiros



chegou a Porto Esperança e Corumbá através da Bacia do Prata, vindo do Peru, Chile e Argentina, para integrar-se à construção da ferrovia (ARCA, 1991).

Os imigrantes de Okinawa enfrentaram desafios significativos ao chegar ao Brasil, incluindo conflitos no trabalho e barreiras culturais nas fazendas de café. Considerados "problemáticos" pelo governo brasileiro devido a suas táticas de sobrevivência, como fugas e descumprimento de contratos, tiveram sua entrada proibida em 1913. Mesmo assim, os que permaneceram no país formaram pequenas associações para resistir a essa discriminação, como em Santos em 1916 (Kubota, 2008).

Conforme destaca Kubota (2008), as mulheres japonesas desempenharam papéis cruciais na economia familiar, complementando a renda familiar com costura e comércio, enquanto homens contribuíram com trabalho nas lavouras e, posteriormente, diversificaram suas atividades em áreas como taxismo e artesanato.

Com a conclusão da ferrovia entre 1914 e 1915, um número significativo de imigrantes de Okinawa se estabeleceu em Campo Grande e Aquidauana, adquirindo terras periféricas e dedicando-se à agricultura urbana (ARCA, 1991). Às margens do Córrego Segredo, formaram o Núcleo de Colonização da Mata do Segredo, enquanto outros se instalaram em áreas periféricas como arrendatários. Em 1920, Campo Grande contava com 50 famílias japonesas, das quais 49 eram de Okinawa (Handa, 1987). Segundo Handa (1987, p. 392), "o que fez com que os japoneses se estabelecessem e construíssem os alicerces de sua economia em Campo Grande foi a possibilidade de colonização da mata virgem dos arredores da cidade".

Campo Grande acolheu a primeira entidade associativa de imigrantes Okinawakenjin em 1922, com outras associações semelhantes surgindo na cidade. Em 1926, o governo brasileiro permitiu a imigração de japoneses de Okinawa, exigindo a criação da Zen-Haku Ryuyokyokai para prestar assistência aos imigrantes (Calado, 2010). Durante a Segunda Guerra Mundial, as iniciativas de cooperação do Núcleo de Colonização japonesa foram interpretadas como segregacionistas, resultando em perseguições (ARCA, 1991). Após a Guerra, a comunidade criou dois centros sociais: o do Cruzeiro e o Clube Okinawa (ARCA, 1991).

Após a guerra, a comunidade se reorganizou para ajudar as vítimas da guerra (AOKB, 2002). Em Campo Grande, a Associação Okinawa, fundada em 1922, se tornou um centro para a preservação e divulgação da cultura okinawana. Em 2011, contava com 468 famílias associadas, incluindo 20% de outras etnias. A associação promoveu eventos culturais e intercâmbios internacionais, além de apoiar imigrantes com recursos essenciais (AOKB, 2002). A comunidade okinawana em Campo Grande demonstra uma forte capacidade de resiliência e solidariedade, preservando suas tradições culturais enquanto se integra à sociedade mais ampla.

Ao longo dos anos, especialmente até 1958, o número de famílias japonesas aumentou significativamente, chegando a 600, com uma maior proporção de imigrantes de outras províncias japonesas (Kubota, 2008). Hoje, a cidade abriga cerca de 5000 famílias de descendência japonesa, sendo que muitas são associadas ao Clube Nipo e ao Clube Okinawa, que mantêm tradições culturais japonesas através de eventos como Undokai e Bon Odori (Kubota, 2008).

Conforme destaca Kubota (2008) as mulheres japonesas desempenharam papéis cruciais na economia familiar, complementando a renda familiar com costura e comércio, enquanto homens contribuíram com trabalho nas lavouras e, posteriormente, diversificaram suas atividades em áreas como taxismo e artesanato. O impacto desses imigrantes na cultura e na economia local é evidente até hoje, com a preservação de tradições através de clubes como o Nipo-Brasileiro e o Okinawa, que celebram eventos como Undokai e Bon Odori, mantendo vivas as conexões com suas origens japonesas.

A experiência dos imigrantes japoneses em Campo Grande revela uma evolução significativa nos seus planos e sentimentos em relação ao Japão. Inicialmente motivados pelo desejo de acumular riqueza e retornar ao país natal, muitos imigrantes encontraram no Brasil um lar permanente devido às condições adversas no Japão pós-guerra e à formação de laços familiares e comunitários sólidos no Brasil (Kubota, 2008). O sonho do retorno tornou-se cada vez mais distante à medida que as gerações se estabeleciam no Brasil, construía famílias e perdiam laços diretos com o Japão. Visitas esporádicas ao Japão muitas vezes revelavam um sentimento de estranhamento devido às mudanças culturais e ao distanciamento familiar, contrastando com a integração dos imigrantes na sociedade brasileira.

A experiência dos *dekasseguis*, trabalhadores migrantes temporários no Japão, trouxe desafios significativos, incluindo a separação de famílias e a dificuldade de adaptação cultural. Muitos preferiram retornar ao Brasil, onde encontravam condições de vida mais estáveis e familiaridade cultural. A comunidade okinawana em Campo Grande, por exemplo, manteve suas práticas culturais através de festivais, celebrações e vínculos com sua terra natal, enquanto também se integrava à sociedade brasileira (Kubota, 2008).

Os estudos sobre migração japonesa (Saito, 1961; Vieira, 1973) destacam a importância da família, especialmente no que se refere ao seu tamanho e composição. A pesquisa em Campo Grande focou nas relações intergeracionais e na transmissão de tradições pelos membros mais velhos da comunidade, conhecidos como Obasan. Essas mulheres desempenham um papel crucial na preservação das práticas culturais japonesas e na manutenção da coesão familiar. A organização familiar japonesa, inicialmente baseada na descendência patrilinear e patriarcal,

adaptou-se ao contexto brasileiro ao longo dos anos, enfrentando desafios como a urbanização e a mudança de papéis na sociedade.

Portanto, após quase um século de imigração japonesa para o Brasil, é evidente que esse grupo encontrou aqui não apenas estabilidade econômica, mas também um sentido de pertencimento e identidade que perdura até os dias atuais, refletido na formação e preservação da comunidade nipo-brasileira. A contribuição das mulheres japonesas foi fundamental na manutenção da família e na preservação da cultura japonesa, através da transmissão de costumes e hábitos, demonstrando a adaptabilidade e resiliência dessa comunidade ao longo das gerações.

Para compreender o papel das mulheres japonesas na continuidade e na transmissão das tradições nipônicas aos descendentes no Brasil, é essencial considerar a dinâmica das relações sociais de gênero (Kosminsky, 2004). Tradicionalmente, as mulheres no Japão foram vistas como subservientes aos homens, uma ideologia que enfatizava a autoridade masculina (Dalby, 2003).

Embora as imigrantes japonesas em Campo Grande não reproduzam essa dinâmica de submissão, ainda há expectativas culturais sobre seu papel em relação aos maridos, embora vivam lado a lado com eles no Brasil. Estudos como os de Sakurai (1993) destacam que as mulheres japonesas desempenharam um papel crucial no suporte econômico e na manutenção cultural das famílias imigrantes, apesar das adversidades enfrentadas, como as restrições culturais durante eventos significativos como o parto. De acordo com Sakurai (1993)

O sacrifício para enfrentar todas as diferenças era grande. As mulheres se desdobravam para adaptar a alimentação, com ingredientes disponíveis, aos padrões japoneses. Assim, o arroz e o feijão eram comidos em conservas feitas de mamão verde com missô (pasta salgada de soja fermentada) junto com a carne de peixe seca e salgada (Sakurai, 1993, p.68)

Célia Sakurai observa que as mulheres japonesas, embora não sejam as protagonistas nas obras analisadas, desempenham um papel central no desenvolvimento das trajetórias familiares (1993, p. 92). Elas são retratadas como figuras que personificam o espírito do *gambarê*, enfrentando as agruras das diferenças culturais ao adaptar a alimentação, cuidar das roupas, educar os filhos e trabalhar na lavoura para apoiar os maridos (Sakurai, 1993, p. 93).

Essas mulheres imigrantes japonesas no Brasil, de certa forma, mantêm o modelo de esposa japonesa tradicional, garantindo a estabilidade familiar e seguindo seus maridos em suas jornadas migratórias ou aguardando-os em casa, enquanto sustentam o lar e cuidam das crianças com base nas habilidades adquiridas desde jovens.

As mulheres japonesas são fundamentais na comunidade nikkei de Campo Grande, preservando e transmitindo tradições culturais. Elas mantêm os lares e educam filhos e netos, garantindo a continuidade dos costumes japoneses adaptados ao Brasil. Em eventos como o Bon Odori e na Feira Central, as avós se destacam na preparação de pratos tradicionais e na participação em danças e rituais, fortalecendo os laços comunitários e a identidade cultural japonesa. Através de suas atividades diárias e presença em eventos culturais, essas mulheres não apenas preservam tradições ancestrais, mas também sustentam a identidade nikkei na cidade (Kubota, 2008).

Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, celebra a cultura japonesa através de dois elementos distintivos: o Bon Odori e o Sobá. O Bon Odori, uma festa tradicional de dança, ganhou popularidade na cidade a partir do século XXI, sendo incluído no calendário oficial de comemorações. Dominada pelas obasan, mulheres idosas que lideram as danças, a festividade reflete uma participação feminina predominante, contrastando com a menor presença masculina. Apesar de uma maior comunidade de imigrantes de Okinawa, o Bon Odori foi escolhido como a principal representação cultural da colônia japonesa em Campo Grande, influenciando até o calendário de outras festas étnicas na região.

Se você tem a Associação Okinawa, você tem a incumbência de preservar a cultura do Estado de Okinawa. E a Associação Nipo tem a função de manter as manifestações culturais de todo o Japão. Então, uma maneira de fazer o conagraçamento de todos, de todas as províncias, seria buscar uma forma que o pessoal pudesse participar, ficar junto, discutir, de dançar, se vestir, e lembrando da parte japonesa, mas não buscando rivalidades, ou posição geográfica diferente, de buscar o lado espiritual da coisa. Acho que isso foi uma coisa que amarrou bem dentro da comunidade (Kubota, 2008, p.114).

Assim como o Bom Odori, o sobá, prato culinário emblemático da colônia japonesa em Campo Grande, é amplamente apreciado tanto por descendentes de imigrantes quanto pela sociedade em geral. Em 2006, foi reconhecido como patrimônio cultural pelo IPHAN, destacando sua importância para a identidade japonesa na cidade. Originário da ilha de Okinawa, o sobá simboliza a convivência harmoniosa entre imigrantes de diferentes regiões do Japão, sendo menos conhecido em outras partes do Brasil. Sendo o objeto central desta pesquisa, traçaremos sua história a seguir.

## 2.2 O SOBÁ DE CAMPO GRANDE

Em Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, um prato originário da culinária oriental, especialmente consumido na ilha de Okinawa, província do Japão, destaca

de maneira inequívoca a versatilidade cultural e o papel na formação da identidade local. Trata-se do "Sobá de Campo Grande", inicialmente conhecido como Okinawa-Soba, que segundo a antropóloga Kubota (2008), chegou à cidade nas primeiras décadas do século XX através dos imigrantes nipônicos que se estabeleceram na região.

Contudo, sua popularidade entre os não nipônicos só se consolidou a partir de 1965, incorporando gradativamente insumos disponíveis na cultura alimentar local em substituição à ausência de ingredientes da receita original, mas também se submetendo às peculiaridades da dieta e gosto regional (Kubota, 2012). Sobre a relação entre os imigrantes nipônicos e o Sobá, Kubota afirma:

O Sobá foi inicialmente comercializado em Campo Grande em 1966, na Feira Central de Campo Grande, quando dois irmãos – Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren – decidiram vendê-lo a outros feirantes nipônicos. No início, o prato era consumido escondido, atrás das cortinas das barracas, pois os japoneses/okinawanos tinham vergonha da forma com que comiam (usando hashi e sugando o macarrão e o caldo). Porém, as cortinas não foram suficientes para esconder o consumo desse alimento, e logo a curiosidade dos campo-grandenses obrigou a família a vender o Sobá a toda a população. O Okinawa Sobá dá então lugar ao Sobá de Campo Grande (Kubota, 2015, p. 3).

Porém, o interesse crescente dos campo-grandenses obrigou a família a vender o Sobá a toda a população, dando origem ao conhecido "Sobá de Campo Grande" (Kubota, 2012, p. 3). O sucesso dessa iniciativa resultou na popularização silenciosa e repetitiva do sobá na Feira Central, alterando significativamente a dinâmica do espaço e ampliando seu alcance entre os frequentadores não japoneses. Gomes (2012) corrobora esta transformação ao afirmar que "O aumento de adeptos a esse tipo de refeição foi sendo ampliado, entre os feirantes não-japoneses, até a sobaria se transformar em negócio, que acabou sendo ampliado com a adesão dos consumidores dos produtos da Feira" (Gomes, 2012, p. 53-54).

O Sobá de Campo Grande ganhou destaque ao longo das décadas, sendo reconhecido em 2006 como Patrimônio Cultural pela Prefeitura e pelo IPHAN, consolidando-se como símbolo da identidade gastronômica local. Em 2019, foi eleito prato típico da capital sul-matogrossense por votação popular promovida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SecTur), reafirmando sua relevância cultural.

Sua presença na Feira Central vai além da culinária: desde 2006, o Festival do Sobá, realizado anualmente em agosto, atrai milhares de pessoas com comidas típicas e apresentações culturais japonesas, fortalecendo seu papel na vida social e cultural da cidade (Gomes, 2012, p. 66).

**Imagem 1.** Abertura do XIV Festival do Sobá



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/festival-do-soba/>

**Imagem 2.** Apresentação de abertura do Festival do Sobá



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/festival-do-soba/>

O Sobá de Campo Grande exemplifica como práticas culinárias podem ser recontextualizadas e celebradas em novos ambientes, refletindo a resiliência cultural dos imigrantes de Okinawa e a capacidade de adaptação às mudanças sociais e econômicas. Esta trajetória não só preserva tradições, mas também enriquece o patrimônio cultural da cidade, proporcionando um vínculo poderoso entre passado e presente através da comida.

No que se refere ao preparo do Sobá de Campo Grande, este se diferencia do original de Okinawa, pois é feito com massa de trigo e ovos, caldo de porco, cebolinha e omelete cortada em tiras. Na versão original de Okinawa, o prato inclui caldo, macarrão e cebolinha, utilizando kamaboko e bacon em vez de omelete e lombo de porco. Este prato é uma adaptação única na culinária de Campo Grande, onde se tornou um símbolo cultural.

O tombamento do Sobá como patrimônio cultural e imaterial reflete sua importância na construção da identidade da comunidade japonesa na cidade. Além de unificar os grupos okinawanos e não-okinawanos, o sobá é amplamente consumido e apreciado por todos, transcendendo diferenças culturais. Pode-se observar que, a história do Sobá em Campo Grande, a partir do momento em que “cai no gosto” dos não nipônicos e passa a hábito gastronômico local, estabelece uma relação simbiótica com a Feira livre central, reforçada pelo fato de que:

Desde 2006, na feira central emergiu o Festival do Sobá, com apoio de instituições locais e que aglutina um grande número de pessoas. Realizado normalmente no mês de agosto, reúne milhares de pessoas para degustarem o Sobá e outras comidas típicas. Possui em sua programação apresentações de danças tradicionais japonesas, exposições, shows, dentre outras atrações oferecidas ao público campo-grandense (Gomes, 2012, p. 66).

As comidas são frequentemente associadas a grupos específicos, levantando questões de identidade. Mintz (2001) observa que certos alimentos são tradicionalmente vinculados a determinados grupos étnicos, como massas aos italianos e peixes crus aos japoneses. No entanto, com a crescente circulação de alimentos e pessoas, esses marcadores étnicos estão se tornando "neutralizados", perdendo suas associações exclusivas (Mintz, 2001).

A prática culinária japonesa em Campo Grande está intimamente ligada às mulheres orientais, que preparam e servem o sobá na Feira Central, realizada de quarta-feira a domingo. Enquanto os homens geralmente preparam pratos ocidentais, como espetinhos, as *obasan* são responsáveis pelo sobá, um prato que atrai tanto nipônicos quanto não-nipônicos à feira. Durante a feira, é comum ver essas mulheres preparando o sobá, que é então servido aos clientes, frequentemente pelos próprios membros da família.

O sobá, prato tradicional da culinária japonesa de Okinawa, remonta ao século XIV, época em que a região estava sob domínio chinês. Tradicionalmente consumido na passagem do ano, o sobá utiliza um tipo de macarrão artesanal feito de trigo sarraceno misturado com farinha de trigo, sovado com água de cinza e madeira. A massa, de coloração escura, é cortada em fios e cozida em água, sendo servida com um molho especial, cebolinha, tiras de omelete e carne suína.

Quando Okinawa foi anexada ao Japão, o sobá se disseminou pelo país, especialmente entre os budistas, tornando-se um alimento básico nos templos religiosos e popularizando-se rapidamente em Edo (atual Tóquio). Isso se deu devido à sua simplicidade, versatilidade e ao seu simbolismo ligado a práticas religiosas. No Budismo Zen e no Xintoísmo, o sobá era valorizado em rituais de purificação e oferendas, além de ser amplamente consumido em templos e celebrações.

Entre essas práticas, destaca-se o Toshikoshi Soba, consumido na véspera do Ano-Novo, simbolizando longevidade e renovação espiritual. Seu formato longo representa uma vida próspera, enquanto seu consumo marca a transição para um novo ciclo. Além disso, o sobá era oferecido em templos budistas como forma de gratidão e purificação, sendo também um alimento comum para monges e peregrinos, dada sua leveza e valor nutritivo.

Com o tempo, o sobá se tornou um prato essencial em festividades e rituais, consolidando-se como uma iguaria acessível e culturalmente significativa, atravessando as fronteiras regionais e estabelecendo-se na alimentação cotidiana em várias partes do Japão. Entretanto, foi apenas no início do século XX que o sobá chegou ao Brasil, trazido pelos imigrantes japoneses, especialmente pelos de Okinawa (utinanchu).

Em Campo Grande, até as décadas de 1950 e 1960, o sobá era conhecido apenas entre os imigrantes de Okinawa, outros japoneses e seus descendentes. Os imigrantes de Okinawa enfrentavam condições precárias, instalando suas barracas à noite e dormindo nelas para vender os produtos agrícolas. Em meio a essa rotina árdua, o sobá era preparado nas barracas pela sua praticidade. Contudo, devido à discriminação cultural, o prato era consumido escondido, atrás das cortinas das barracas, para evitar a visibilidade de seus hábitos alimentares distintos.

De acordo com Gomes (2012), em 1966, os irmãos Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren iniciaram a venda do sobá a outros feirantes nipônicos, marcando uma mudança significativa. Ao inserir o sobá no circuito comercial, os irmãos reformularam a dinâmica da Feira Municipal. A iniciativa foi bem-sucedida, resultando na expansão silenciosa da prática e na transformação das barracas em restaurantes noturnos.

**Imagem 3.** Dona Yakuso Katsuren, de 91 anos, ao lado da fotografia original feita dela preparando sobá.

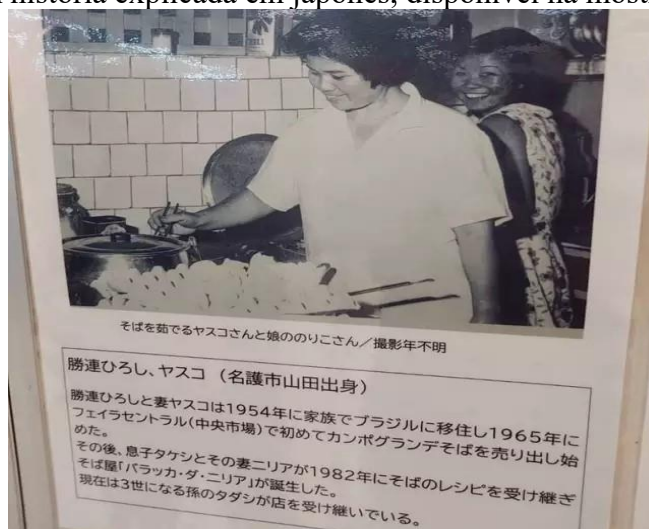


Fonte: (Foto: Bárbara Cavalcanti). Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-91-anos-historia-da-mulher-que-trouxe-soba-a-feirona-esta-no-japao>



Essa prática se popularizou especialmente entre os jovens, que começaram a frequentar a feira após festas noturnas. No ano de 2021, na cidade de Nago, em Okinawa, foi realizada uma exposição que buscava celebrar a história dos descendentes espalhados pelo mundo. Um desses registros foi de Yasuko Katsuren, na época com 91 anos, responsável por trazer o sobá de Okinawa para a cidade de Campo Grande, MS (Campograndenews, 2011).

**Imagem 4.** Foto com história explicada em japonês, disponível na mostra em Nago



Fonte: Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-91-anos-historia-da-mulher-que-trouxe-soba-a-feirona-esta-no-japao>

A Feira Central, também denominada “Feirona”, com o tempo, tornou-se não apenas um local de compras, mas também um espaço de lazer e socialização, frequentado por diversas camadas sociais. No entanto, essa popularidade trouxe novos desafios logísticos e sanitários. A expansão da feira, impulsionada pelo crescimento populacional e pela demanda por produtos de qualidade, resultou em disputas internas por espaço e infraestrutura inadequada, como a ausência de sanitários e problemas de segurança e higiene.

**Imagem 5.** Feira Central de 1925 a 1958



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/historia/>

A “Feirona” então passou por diversos locais antes de ser estabelecida em seu endereço atual, na Rua 14 de Julho, ao lado da antiga Estação Ferroviária. Inicialmente situada na Avenida Afonso Pena, a feira foi transferida para a Rua Calógeras e, posteriormente, para a Rua Antônio Maria Coelho. Em 1966, por decreto do então prefeito Antônio Mendes, foi relocada para a área entre as ruas José Antônio e Abrão Júlio Rahe, onde se consolidou como um elemento significativo da cultura campo-grandense, expandindo-se até a Rua Padre João Crippa.

**Imagem 6.** Feira Central sendo montada no período da tarde (1985)



Fonte: (Foto: Arquivo Pessoal de Eloiza Lopes). Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/fotos-antigas-emocionam-quem-viu-a-feira-central-sumir-da-rua>

**Imagem 7.** Feira Central na década de 1990, localizada na rua Abrão Julio Rahe.



Fonte: (Foto: Roberto Higa/ Arquivo Pessoal). Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/08/fotografo-diz-que-se-sente-dono-de-campo-grande-por-registrar-evolucao.html>

Conforme pontua Gomes (2012), na década de 1990, a feira enfrentou pressões para se modernizar e se adequar às exigências sanitárias e de segurança. A equipe de planejamento do Poder Público Municipal discutiu a necessidade de um local fixo para a Feira Central, dotado dos padrões necessários. A localização da feira, entretanto, já fazia parte dos hábitos culturais de Campo Grande, sendo incorporada aos roteiros turísticos da cidade. As mudanças sociais e econômicas de Campo Grande, incluindo o aumento da população e a diversificação dos consumidores, também impactaram a Feira Central. A introdução de novos negócios, como os "sacolões" e supermercados, alterou a dinâmica da feira, que passou a incluir também produtos hortícolas e mercadorias diversas, em detrimento das barracas tradicionais de frutas e verduras.

Em dezembro de 2004, sob a gestão do prefeito André Puccinelli, foi emitido um novo decreto que transferiu a Feirona para seu endereço atual, substituindo as antigas barracas de lona e madeira por construções de alvenaria.

**Imagem 8.** Entrada da Feira Central localizada entre a Avenida Calógeras e 14 de Julho



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/galeria-de-fotos/>

Os imigrantes de Okinawa, inicialmente focados na agricultura, começaram a se dedicar mais ao comércio do sobá e outras atividades urbanas, adaptando-se às novas realidades econômicas. Esse processo de transformação e adaptação é um exemplo de como práticas culturais podem ser recontextualizadas e comercializadas em novos ambientes, refletindo a complexidade das interações entre imigração, cultura e economia.

Em resumo, a trajetória do sobá em Campo Grande é marcada por uma complexa interação entre preservação cultural e adaptação econômica. A popularização do sobá na Feira Central, impulsionada por iniciativas comerciais inovadoras, exemplifica a resiliência e a

capacidade de adaptação dos imigrantes de Okinawa, ao mesmo tempo em que destaca os desafios enfrentados na manutenção de tradições culturais em um novo contexto sociocultural.

### 2.2.1 O Papel da Feira Central

Em agosto de 2009, Campo Grande celebrou 110 anos de emancipação político-administrativa, enquanto a Feira Livre Central completou 84 anos desde sua regulamentação em 1925. Possivelmente, a Feira surgiu antes, como indicado por registros não oficiais, e desempenhou um papel crucial na vida da cidade, funcionando como um mercado autônomo e espaço de sociabilidade. A pesquisa sobre a cidade e a Feira baseia-se em fontes memorialísticas, registros de viajantes que documentaram suas experiências na região oeste do Brasil. Esses relatos são fundamentais para a compreensão histórica, embora nem sempre sigam métodos historiográficos rigorosos. Memorialistas do início do século XX destacaram a importância da Feira para Campo Grande, discutindo seus desafios e benefícios para a comunidade.

Os memorialistas são agentes de transformação ao estruturarem imagens ideológicas e contribuírem para a construção cultural da sociedade. A Feira Livre Central tornou-se um símbolo significativo para Campo Grande, sendo interpretada em função da cidade. Os memorialistas trabalharam com testemunhos, carregados de simbologias e sentimentos, criando critérios próprios para definir o que deveria ser considerado histórico.

Célia Rocha Calvo (2006) destaca que a percepção socialmente construída do passado integra as múltiplas relações sociais, tornando a praça um símbolo da cidade. Testemunhos, notícias, documentos oficiais e arquitetura são linguagens abertas a diversas interpretações ao longo do tempo. A historiografia evoluiu de relatos de testemunhas para documentos oficiais e, posteriormente, para novos objetos e abordagens. Jacques Le Goff (1984) discutiu a importância da memória coletiva nas lutas pelo poder, mostrando como esquecimentos e silêncios históricos são manipulados. O autor pontua que,

[...] a memória colectiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória colectiva (Le Goff, 1984, p. 13).

A construção da memória coletiva de uma cidade como Campo Grande demanda um esforço complexo, com vários canais de divulgação moldando a história desejada. Os registros

de memorialistas desempenham um papel crucial, pois seus relatos ficam entre a memória e o esquecimento, influenciando a construção histórica de acordo com os interesses daqueles que detêm os meios de registro. Campo Grande, surgida no final do século XIX, tem sua história majoritariamente escrita em memórias, que determinam o que é lembrado ou esquecido.

A "escrita memorialista" aparece em diferentes suportes, como notícias, fotografias, revistas, publicidade e conversas, confundindo-se com a história e ampliando-se no senso comum, conforme Pierre Nora (1993) sugere. A Feira Livre Central de Campo Grande é um exemplo dessa memória coletiva, inicialmente como um evento cotidiano que refletia a coletividade e hoje como um agente de continuidade histórica, celebrando aniversários e festivais.

Para entender as transformações urbanas de Campo Grande, é necessário revisitar seus acontecimentos fundadores. Segundo registros, a cidade surgiu em 1872 com a primeira viagem do mineiro José Antônio Pereira à região de Mato Grosso. Em 1873, a comitiva dos Pereira retornou a Monte Alegre para buscar mais pessoas, e em 1875, José Antônio Pereira voltou à região com familiares e amigos, estabelecendo-se na confluência dos córregos Prosa e Segredo, criando o "Arraial de Santo Antônio de Campo Grande" (Calado, 2010)

Na virada do século XIX para o XX, a Vila de Campo Grande foi oficialmente criada pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899, e tornou-se município em 1902, com Francisco Mestre como seu primeiro Intendente. Seguiram-se transformações urbanas, como o Código de Posturas de 1905, promulgado pela Câmara Municipal, e os projetos de planificação urbana, incluindo o apresentado em 1909 pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado em 18 de junho daquele ano (Calado, 2010).

Antes, porém, em 1905, o Código de Posturas regulamentava a compra e venda de produtos alimentícios, determinava sobre o trânsito nas estradas, além de regular o comportamento e a moral dos moradores, proibindo bulhas e algazaras noturnas (Arca, 1995). A civilidade burguesa não aceitava comportamentos expansivos e desregrados, e o Código de Posturas mostrava uma tendência à homogeneização no ambiente urbano, conforme Cleonice Gardin (1999).

A modernização urbana iniciou-se com a instalação de trilhos e a estrutura para o uso de energia elétrica, concretizada em 1923 com a inauguração da Usina do Córrego Ceroula (Calado, 2010). O projeto de 1909, do engenheiro militar Tenente Themístocles Paes de Souza Brasil, já demonstrava preocupação com o abastecimento de água e luz (Oliveira Neto, 2005).

Em 1911, Campo Grande, elevada à categoria de sede de comarca, tinha 50 casas e uma guarnição militar. A chegada dos trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil trouxe

novos agentes sociais, registrando-se a primeira viagem oficial do trem em 1914, quando a cidade tinha 500 casas e cerca de 5.000 habitantes (Calado, 2010). A ferrovia impulsionou a economia local, inserindo novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias (Arruda, 2000). A inauguração da ferrovia instaurou uma nova relação social, ditada pelo capital monopolista de São Paulo, e estabeleceu no imaginário dos habitantes novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias (Calado, 2010).

A ferrovia transformou os ideais citadinos, aproximando o "mundo civilizado" e afastando o "sertão" (Arruda, 2000). Campo Grande, situada entre esses dois termos, experimentava as consequências culturais do processo de modernização do Estado moderno, que, ao transformar as percepções do devir social possível, criava novas oportunidades e percepções para a população (Chartier, 1990, p.225). Paulo Coelho Machado (1988), um renomado memorialista, é um dos escritores mais consultados sobre Campo Grande. Em seus livros, ele demonstra um imaginário "progressista". Segundo Machado (1988, p.47), a partir de 1921, Arlindo de Andrade, Intendente e anteriormente juiz da cidade, tornou-se o decorador da cidade, arborizando as ruas e cuidando das praças, jardins e do arruamento.

[...] O imaginário do progresso, que tinha na ferrovia seu maior símbolo, penetrava nas mentes dos administradores da “distante” cidade de Campo Grande, impulsionando os desejos de “atualizarem-se” diante das rápidas transformações provocadas pelos trilhos de ferro. Era preciso limpar, separar, arruar, higienizar e principalmente conter suas “gentes”. O surto de “modernização” da cidade de Campo Grande talvez não seja apenas resultado da chegada da ferrovia, mas os discursos que o legitimavam, embasavam-se no imaginário do progresso, apressada pela visão dos trilhos de ferro e na crescente diferenciação espacial entre “cidades e sertões” que este novo tempo carregava (Arruda, 2000, p. 218).

No início do século XX, o Brasil ainda navegava pela promessa de modernização, onde o futuro promissor se enlaçava com o avanço das infraestruturas sociais, como a expansão ferroviária e urbanização, e as relações comerciais começavam a estruturar as cidades para oferecer comodidade aos habitantes, destacando-se a crescente importância das feiras livres como ponto central desse desenvolvimento (Cabral, 1999).

A chegada dos imigrantes japoneses em 1908, inicialmente para trabalhar na construção ferroviária, mas logo voltados à agricultura, estabeleceu o "cinturão verde" ao redor de Campo Grande (Cabral, 1999). A colônia JAMIC, formada após a Segunda Guerra Mundial em Terenos, ilustra outra onda de imigração que influenciou significativamente a economia local, com foco na produção e comércio de ovos (Calado, 2010). A Feira Livre, consolidada sob a gestão de Arnaldo Estevão de Figueiredo, reflete não apenas um ponto de interação econômica



e política, mas também um marco de modernização urbana que se estabeleceu ao longo das décadas (Ribeiro, 1993).

A trajetória da Feira, desde sua origem até as sucessivas mudanças de localização, é um testemunho das transformações sociais e urbanísticas de Campo Grande. Desde seu estabelecimento formal em 1925 até as adaptações subsequentes por questões de higiene e expansão urbana, a Feira Livre permaneceu um pilar de vitalidade econômica e cultural na cidade (Arruda, 1995). No entanto, mesmo enquanto símbolo de modernidade, a Feira enfrentou desafios de adaptação às demandas contemporâneas, como evidenciado nas discussões sobre sua relocação em 2004, destacando o constante tensionamento entre tradição e progresso, de acordo com o Relatório de 1943 (Martins, 1943).

Ao longo das décadas, a Feira de Campo Grande não apenas se adaptou às mudanças urbanísticas e sociais, mas também se reinventou como um ponto de encontro essencial para a troca cultural e econômica, mantendo sua relevância como um valioso patrimônio cultural da cidade. Em um cenário onde a memória coletiva é moldada por lugares que evocam tempos passados, a Feira emerge como um testemunho vivo da história urbana de Campo Grande, conectando gerações e preservando identidades em um contexto de rápido desenvolvimento e mudança (Nora, 1993).

Portanto, a Feira de Campo Grande não é apenas um mercado local, mas um espaço carregado de significados culturais e históricos que ilustram a jornada da cidade em direção à modernidade, consolidando-se como um lugar de memória que atravessa o tempo e as transformações sociais.

Como visto, a trajetória do Sobá de Campo Grande não apenas ilustra a capacidade de adaptação cultural dos imigrantes de Okinawa, mas também destaca o poder transformador da culinária na construção da identidade local. Desde sua introdução discreta na Feira Central até sua consagração como Patrimônio Cultural e Imaterial, o Sobá não só se tornou um símbolo gastronômico, mas também um ponto de encontro cultural na cidade. O Festival do Sobá e o tombamento pelo IPHAN são marcos que evidenciam não apenas a popularidade crescente do prato, mas também seu papel vital na preservação das tradições e no enriquecimento do patrimônio cultural de Campo Grande.

### 2.3 O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO SOBÁ

O processo de reconhecimento do sobá de Campo Grande como patrimônio cultural e imaterial seguiu etapas bem definidas, envolvendo a comunidade japonesa, instituições locais

e nacionais. A prática de preparar e consumir sobá, consolidada na Feira Central de Campo Grande, tornou-se um símbolo significativo da identidade cultural e gastronômica da cidade, especialmente entre os descendentes de japoneses e outros moradores locais.

Em 13 de julho de 2006, a Associação da Feira Central, Cultural e Artística (AFECETUR) discutiu, em reunião, o “registro do sobá como prato típico de Campo Grande, MS”. A justificativa apresentada destacou que “[...] ao longo dos anos um aumento na assiduidade e degustação do sobá em todas elas, sendo mostrado aos visitantes e turistas de outras cidade (sic), estados e países como nosso prato típico” (AFECETUR, 2006).

No dia 18 de julho de 2006, o então prefeito Nelson Trad Filho promulgou o Decreto nº 9.685, instituindo o registro de bens culturais de natureza imaterial no município de Campo Grande (Diário Oficial, 19/07/2006). No dia seguinte, 19 de julho de 2006, com a publicação do decreto, foi formalizado o pedido de registro do sobá como patrimônio cultural e imaterial (Processo de Registro nº 43969/2006-25), justificando que “[...] o prato já é produzido e comercializado na Feira Central há mais de 65 (sessenta e cinco) anos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes” (Campo Grande, 2006).

Em 7 de agosto de 2006, o Processo de Registro nº 43969/2006-25, contendo documentos e justificativas, foi encaminhado à Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (FUNDAC) para análise. Em 8 de agosto de 2006, o Conselho Municipal de Cultura aprovou oficialmente o registro “do prato típico Sobá” como patrimônio cultural e imaterial de Campo Grande. Diversos documentos embasaram o pedido de registro e o processo de tombamento, destacando-se:

1. Texto histórico do livro "Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande", da Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira: Apresenta a introdução do sobá na cidade desde a chegada dos primeiros imigrantes okinawanos na década de 1910 até os dias atuais.
2. Texto do livro "Cheiros e Sabores de Mato Grosso do Sul", de Iracema Sampaio: Contextualiza a relevância gastronômica do sobá na cultura sul-mato-grossense e sua evolução ao longo do tempo.
3. Fotografias (26 folhas com 41 imagens): Registram o preparo do sobá e a atmosfera cultural da Feira Central de Campo Grande, onde o prato é consumido e comercializado.
4. Entrevistas (20 fichas): Relatam as percepções e experiências de frequentadores da Feira Central, abrangendo diferentes gerações.



5. Questionários de identificação (22 questionários): Aplicados aos proprietários e funcionários das barracas de sobá, documentando a prática cultural e a tradição gastronômica.
6. DVDs: Incluem filmagens como o "Modo de Fazer Sobá", produzido pela MV Vídeo, demonstrando o processo de preparo, além de documentários como *ARIGATÔ - um olhar sobre a imigração japonesa em Campo Grande* e *Comunidade Okinawa-Kenjin*, que exploram aspectos culturais e históricos da comunidade japonesa local.

Esses registros forneceram uma base sólida para o reconhecimento do sobá como patrimônio cultural e imaterial, oficializado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2006, por meio da Deliberação CMC nº 01/2006.

Posteriormente, iniciativas como a construção do Monumento do Sobá em 2009, uma estátua de 4,5 metros de altura localizada na Feira Central de Campo Grande, reforçaram a importância do prato. Além de celebrar a tradição, o monumento tornou-se um marco cultural e turístico, promovendo a identidade gastronômica e cultural da cidade.

**Imagem 9.** Estátua de sobá na Feira Central



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/>

Por meio desse reconhecimento, o sobá consolidou-se como símbolo da convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos em Campo Grande, destacando sua relevância na herança cultural da comunidade japonesa e na diversidade cultural da cidade.

### 3 PRODUTO: ÁLBUM EDUCATIVO SOBRE PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

O produto final desta dissertação é um álbum educativo intitulado **Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande**, que tem como objetivo disseminar, de forma acessível e atrativa, o conhecimento sobre os patrimônios culturais material e imaterial da região. Com enfoque na história do Sobá e sua relação com a Feira Central de Campo Grande, o álbum explora os processos de imigração e o papel das imagens como fontes históricas.

A proposta parte do entendimento de que o patrimônio cultural é um elemento-chave na construção e preservação da memória coletiva, conforme discutido por autores como Peter Burke (1992), que destaca a relevância da cultura material e simbólica na formação da identidade. O Sobá, além de ser um prato típico da ilha de Okinawa, incorporou-se à cultura campo-grandense como resultado dos fluxos migratórios japoneses que se intensificaram no início do século XX. Esse prato, preparado e consumido por imigrantes e seus descendentes na Feira Central, representa não apenas um elo cultural entre Okinawa e Campo Grande, mas também a fusão de tradições alimentares que fortalecem os laços identitários e a diversidade cultural local.

A história da alimentação, como apontam autores como Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (1998), é um campo de estudo essencial para compreender as relações sociais, econômicas e culturais de uma sociedade. No caso do Sobá, o prato simboliza a resiliência e a adaptação dos imigrantes okinawanos, que trouxeram consigo tradições culinárias que se transformaram ao longo do tempo, adaptando-se às condições locais. Assim, o álbum educativo também se propõe a contar essa história, conectando as trajetórias migratórias às práticas alimentares e à formação do patrimônio imaterial da cidade.

Além de textos explicativos, o álbum utiliza amplamente imagens como recurso narrativo e pedagógico, considerando a perspectiva de Boris Kossoy (2002) sobre a fotografia como documento histórico. As imagens, sejam elas fotografias, ilustrações ou mapas, desempenham um papel central na compreensão do passado, pois registram aspectos materiais e simbólicos que palavras muitas vezes não conseguem expressar plenamente. Sob esse viés, as imagens da Feira Central, do preparo do Sobá pelos imigrantes e do mapa que situa a região de Okinawa são apresentadas como fontes que possibilitam uma leitura visual da história e do patrimônio cultural de Campo Grande.

O álbum será dividido em seções temáticas que abordam os seguintes conteúdos:

## **1. O que é patrimônio cultural?**

Apresentação dos conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, conforme estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção da UNESCO (2003). A seção destaca exemplos locais, como o Complexo Ferroviário de Campo Grande (patrimônio material) e o sobá (patrimônio imaterial), explorando sua relevância histórica e cultural para a identidade regional.

## **2. Sobá: da imigração à identidade campo-grandense**

Este segmento aborda as origens do sobá em Okinawa, Japão, e traça a trajetória dos imigrantes japoneses em Mato Grosso do Sul. Discute como o prato foi adaptado à culinária local, tornando-se um símbolo da convivência cultural e da identidade de Campo Grande, reconhecido como patrimônio cultural e imaterial em 2006.

## **3. História da Feira Centra**

Apresenta a Feira Central como um espaço de encontro e troca cultural, onde o sobá ganhou destaque como elemento central. A seção analisa as transformações históricas da feira, sua contribuição para a popularização do prato e o papel na preservação das tradições alimentares da cidade.

## **4. Registros visuais e a memória cultural**

São utilizadas imagens do álbum para ilustrar momentos históricos e práticas culturais associadas ao sobá e à Feira Central. Esses registros visuais complementam a narrativa, destacando sua importância na preservação da memória cultural e na construção da identidade campo-grandense.

## **5. Guia de fontes**

Além das referências, uma lista de outras fontes (matérias jornalísticas, vídeo) que podem ser articuladas ao álbum, conforme o planejamento. Espaços para participação do leitor, com propostas de reflexão e engajamento sobre a preservação do patrimônio cultural.

O álbum educativo, ao integrar história, cultura e imagens, cumpre não apenas uma função pedagógica, mas também social, ao promover a valorização e a preservação do patrimônio cultural de Campo Grande e Mato Grosso do Sul. O subcapítulo a seguir detalha o processo de construção deste produto, apresentando as escolhas teóricas e metodológicas que embasaram sua concepção, bem como sua contribuição para o campo educacional e cultural.

### 3.1 CONSTRUÇÃO DO ÁLBUM EDUCATIVO: ESCOLHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A elaboração do álbum educativo **Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande** foi guiada por um conjunto de escolhas teóricas e metodológicas que visaram garantir a articulação entre conteúdo acadêmico, acessibilidade pedagógica e relevância cultural. Este capítulo descreve o processo de construção do produto, desde a definição de seus objetivos até a criação de exercícios de reforço de conteúdo, que potencializam o aprendizado e engajamento dos leitores.

#### 1. Fundamentação Teórica

A base teórica do álbum combina conceitos de patrimônio cultural, imigração e história da alimentação, integrando a relevância das imagens como fontes históricas. Os principais referenciais utilizados incluem:

**Patrimônio cultural:** A definição de bens materiais e imateriais segue a abordagem de Peter Burke (1992) e a concepção brasileira de patrimônio, consolidada pela legislação brasileira, ou seja, pela Constituição Federal de 1988 e, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

**História da alimentação:** Inspirada nos estudos de Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (1998), a alimentação é apresentada como elemento que conecta práticas cotidianas, identidades culturais e processos históricos.

**Imigração e identidade cultural:** O processo migratório dos okinawanos e sua influência na construção de tradições locais foi abordado com base em autores como Takashi Maeyama (1983), que trata da formação de comunidades nikkeis no Brasil.

**Uso de imagens:** Boris Kossoy (2002) e Maud Chirio (2014) fundamentaram a inclusão de imagens no álbum, destacando-as como ferramentas narrativas e fontes históricas que enriquecem a compreensão visual do patrimônio.

Quanto à metodologia de construção do produto, o desenvolvimento do álbum seguiu uma abordagem metodológica interdisciplinar, articulando pesquisa histórica, análise documental e técnicas de design educacional. Para consolidar o aprendizado, foram desenvolvidos exercícios de reforço alinhados aos temas abordados. Esses exercícios foram

projetados para estimular a reflexão crítica e promover o engajamento ativo do público-alvo, com destaque para:

### 3.2 APLICAÇÃO E RESULTADOS ESPERADOS DO ÁLBUM EDUCATIVO: RELEVÂNCIA PEDAGÓGICA E PRESERVAÇÃO CULTURAL

Este capítulo explora a aplicação do álbum educativo "**Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande**" em contextos pedagógicos, discutindo os resultados esperados de sua implementação. A proposta de utilização do álbum foi concebida de maneira flexível, permitindo sua adaptação a diferentes contextos educacionais, como escolas, espaços culturais e comunitários. A principal intenção é que o álbum funcione como um recurso dinâmico, capaz de engajar alunos e a comunidade em atividades que estimulem a compreensão do patrimônio cultural e a valorização da identidade local.

Espera-se que a aplicação do álbum educativo vá além da simples transmissão de informações, promovendo um entendimento aprofundado sobre a contribuição da comunidade okinawana para a formação cultural de Campo Grande. Dentre os resultados esperados, destaca-se a apropriação da memória cultural, com a ampliação da consciência sobre o patrimônio local, especialmente o sobá como prato típico e a Feira Central como espaço de preservação dessa tradição. A valorização do patrimônio imaterial é outro aspecto central, pois o álbum busca promover práticas culturais tradicionais como o preparo do sobá, garantindo sua transmissão para as futuras gerações.

Além disso, o álbum propõe desenvolver a reflexão crítica nos participantes por meio de questões reflexivas que convidam a pensar sobre a diversidade cultural local e a importância de sua preservação. As atividades incluem análises de imagens históricas e debates sobre patrimônio cultural, promovendo um aprendizado ativo e um engajamento real com o conteúdo.

A implementação desse recurso também contribui significativamente para o campo educacional, possibilitando a incorporação do patrimônio cultural local nos currículos escolares e despertando o interesse dos estudantes pela história, cultura e gastronomia regional. Avaliações quantitativas e qualitativas permitirão monitorar o impacto do álbum, coletando feedbacks de professores, educadores e alunos, o que possibilitará ajustes futuros para aprimorar as atividades propostas.

O álbum educativo, assim, consolida-se como uma ferramenta essencial para a educação patrimonial. Por meio de atividades interativas e conteúdos cuidadosamente elaborados, ele não apenas informa, mas também conecta gerações, assegurando que o patrimônio cultural de

Campo Grande, simbolizado pelo sobá e pela Feira Central, continue sendo valorizado e transmitido ao longo do tempo.

A seguir, apresenta-se um modelo de planejamento pedagógico para a utilização do álbum. Este planejamento ilustra como suas atividades podem ser aplicadas em sala de aula e em outros contextos educacionais, destacando os potenciais resultados de sua implementação e reforçando a relevância do álbum como ferramenta de aprendizado e preservação cultural.

### 3.3 PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE AULA VOLTADO À UTILIZAÇÃO DO ÁLBUM “SOBÁ: PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DE CAMPO GRANDE”

Segue um plano de aula para o ensino de História, dividido em três encontros de 50 minutos cada, utilizando o álbum **"Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande"** como recurso didático.

#### **PLANO DE AULA: SOBÁ E PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE**

##### **Público-alvo**

- Alunos do Ensino Fundamental II (8º ou 9º ano) ou Ensino Médio.

##### **Objetivo Geral**

- Compreender a relevância do sobá como patrimônio cultural e imaterial de Campo Grande, refletindo sobre a imigração japonesa e sua contribuição para a identidade cultural da cidade.

<b>1ª Aula: Introdução ao Conceito de Patrimônio Cultural</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar a diferença entre patrimônio material e imaterial.</li> <li>• Relacionar exemplos locais aos conceitos apresentados.</li> </ul>
<b>Estrutura</b>
<b>1. Dinâmica inicial (10 min):</b>
Questione os alunos: "O que consideram como patrimônio da cidade de Campo Grande? Já ouviram falar no sobá?".
Liste as respostas no quadro.
<b>2. Explanação (20 min):</b>
Apresente os conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, utilizando o conteúdo do álbum (p. 4-8).
Mostre exemplos de Campo Grande, como o Complexo Ferroviário e o Sobá.
<b>3. Atividade prática (20 min):</b>
Divida a turma em duplas e peça para pesquisarem no celular (ou forneça fichas) um patrimônio cultural da cidade. Eles devem identificar se é material ou imaterial e justificar.
<b>Recursos</b>
Álbum "Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande" (impresso ou digital).
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quadro e canetas.</li> </ul>

<b>2ª Aula: A Trajetória do Sobá em Campo Grande</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar a chegada dos imigrantes japoneses e a adaptação do sobá.</li> <li>• Compreender a história da Feira Central e seu papel na popularização do prato.</li> </ul>
<b>Estrutura</b>
<b>1. Revisão inicial (5 min):</b>
Recapitule os conceitos de patrimônio cultural e relacione com o sobá.
<b>2. Exposição dialogada (20 min):</b>
Utilize os capítulos 2 e 3 do álbum para explicar:
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A imigração japonesa e a introdução do sobá (p. 11-12).</li> <li>▪ O papel da Feira Central na difusão cultural (p. 16-21).</li> </ul>
Mostre imagens do álbum e o vídeo “Sobá Okinawa e Mato Grosso do Sul” ( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=cAAk0fufbJs">https://www.youtube.com/watch?v=cAAk0fufbJs</a> , trecho de 5 minutos).
<b>3. Discussão em grupo (15 min):</b>
Pergunte: "Por que o sobá se tornou tão importante para Campo Grande? Há outros exemplos de adaptações culturais semelhantes na cidade?".
<b>4. Tarefa para casa (10 min):</b>
Solicite que entrevistem familiares ou amigos sobre memórias ligadas ao sobá ou à Feira Central.
<b>Recursos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Álbum e vídeo sugerido.</li> <li>• Projetor ou televisão.</li> </ul>



<b>3ª Aula: O Sobá como Patrimônio Cultural e Imaterial</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre o reconhecimento do sobá como patrimônio cultural.</li> <li>• Elaborar atividades que conectem o tema à preservação da memória local.</li> </ul>
<b>Estrutura</b>
<b>1. Apresentação das entrevistas (10 min):</b>
Os alunos compartilham os relatos coletados.
<b>2. Discussão coletiva (15 min):</b>
Contextualize como o sobá foi oficializado como patrimônio cultural e imaterial (p. 23-26).
Debate: "Quais benefícios o reconhecimento trouxe para Campo Grande?"
<b>3. Atividade criativa (20 min):</b>
Divida os alunos em grupos. Cada grupo deve:
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar um cartaz digital ou físico sobre o sobá e sua história.</li> <li>▪ Incluir informações sobre imigração, adaptação e identidade cultural.</li> </ul>
<b>4. Encerramento (5 min):</b>
Exponha os cartazes na sala ou publique em redes sociais da escola.
<b>Recursos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Álbum.</li> <li>• Materiais de cartolina, canetas, ou acesso a dispositivos para criar cartazes digitais.</li> </ul>
<b>Tipo de Avaliação (Formativa)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação nas discussões e atividades.</li> <li>• Qualidade das entrevistas e dos cartazes produzidos.</li> <li>• Capacidade de relacionar o tema ao contexto local.</li> </ul>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo destacou o sobá como um elemento de importância cultural e histórica para a cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial. Essa pesquisa buscou compreender como tal manifestação cultural pode ser utilizada no ensino de História, promovendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o fortalecimento da identidade cultural e o respeito à diversidade.

A partir de autores como Michel de Certeau (1982) e Paul Ricoeur (2007), compreendemos que o sobá representa um elo entre a memória coletiva e a individualidade, evidenciando o papel do patrimônio cultural imaterial como veículo para a preservação de tradições e histórias comunitárias. A pesquisa revelou que o sobá, trazido pelos imigrantes okinawanos, passou por um processo de ressignificação ao ser incorporado ao cotidiano campo-grandense, transformando-se em um símbolo da identidade local. Nesse contexto, a Feira Central de Campo Grande emerge como espaço central de preservação e valorização desse patrimônio.

A análise das legislações e políticas públicas, como o Decreto nº 3.551/2000 e a Convenção da UNESCO (2003), ressaltou a relevância da patrimonialização para garantir a preservação de práticas culturais e expressões que compõem a identidade de comunidades. A partir dessas diretrizes, o sobá foi não apenas reconhecido oficialmente, mas também consolidado como uma prática viva que conecta gerações e reflete as dinâmicas de hibridização cultural, conforme apontado por Gomes (2012) e Montanari (2009).

Além disso, a pesquisa evidenciou como a Educação Patrimonial, aplicada ao ensino de História, pode contribuir para o entendimento crítico e a valorização da cultura local. A partir de autores como Horta, Grunberg e Monteiro (1999), verificou-se que o uso de práticas culturais como fontes primárias de ensino proporciona um aprendizado mais significativo, ao conectar os alunos com o cotidiano e a história de sua região. A utilização do sobá como recurso pedagógico exemplifica essa abordagem, permitindo explorar não apenas aspectos gastronômicos, mas também históricos, migratórios e identitários.

O produto educacional desenvolvido, um álbum didático, foi concebido para promover a integração entre pesquisa acadêmica e prática pedagógica. O material enfatiza a história do sobá como eixo central, oferecendo atividades que dialogam com os referenciais curriculares e abordagens interdisciplinares. Sua implementação em sala de aula visa despertar o interesse dos estudantes pela história local, reforçando o pertencimento cultural e o senso crítico.

O estudo também apontou desafios, como a necessidade de maior valorização do ensino de História Regional nos currículos escolares e a capacitação de educadores para o uso de recursos como o álbum didático. Essas questões, no entanto, reforçam a relevância de iniciativas que promovam o diálogo entre academia, escolas e comunidades, ampliando o impacto da Educação Patrimonial.

Em suma, esta dissertação contribuiu para evidenciar o potencial do sobá como ferramenta de ensino e elemento de preservação cultural. Ao destacar sua trajetória histórica e simbólica, espera-se que este trabalho inspire novas práticas pedagógicas que valorizem o patrimônio cultural e fortaleçam a relação entre os estudantes e sua história local. Assim, o sobá não apenas se mantém como símbolo gastronômico de Campo Grande, mas também como uma ponte entre o passado, o presente e o futuro de sua comunidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G.L. **A produção da escola pública contemporânea**. 1ª ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, UFMS, 2001.
- ALVES, U. D. **Patrimônio Imaterial: Promoção e Divulgação do Decreto 3.551**. Mestrado Profissionalizante em Gestão Do Patrimônio Cultural, Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica De Goiás, 2004.
- APPADURAI, Arjun. Gastro-Politics in Hindu South Asia. **American Ethnologist**, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/ae.1981.8.3.02a00070>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- ARAÚJO, Douglas Castro de. **A história cultural e Roger Chartier: escrita da história, narratividade e ficção**. Uberlândia, 12 de dezembro de 2019.
- ARCA. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: colonização japonesa e alemã**. n. 2, Campo Grande, 1991.
- ARCA, Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande. Nº 05, Campo Grande, 1995. In: CALADO, L. M. R. **Campo Grande e sua Feira Livre Central; conhecendo a cidade através da feira / Lenita Maria Rodrigues Calado**. – Dourados, MS: UFGD, 2010.
- ARRUDA, A. M. “A Feira é livre?”, In: **Revista ARCA**. Campo Grande. Nº 5. Outubro 1995
- ARRUDA, G. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru/ SP: EDUSC, 2000.
- BARBOSA, V. de L. Ensino de História local: redescobrimos sentidos. **Saeculum**, [S. l.], n. 15, 2006, p. 57-85. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357>. Acesso em: 20 abr. 2024.
- BOAS, Franz. **Antropologia cultural. Textos selecionados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2000). **Decreto nº 3551, de 04 de agosto de 2000**. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Casa civil, BR.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum. Ministério da Educação**. 2017.
- BURKE, P. **O que é História Cultural?** 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: Cf. **Álbum Campo Grande, 100 anos de construção**. P.27-62. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CALADO, L. M. R. **Campo Grande e sua Feira Livre Central; conhecendo a cidade através da feira / Lenita Maria Rodrigues Calado**. – Dourados, MS: UFGD, 2010.

CALVO, C. R. Uma Praça, Numa Cidade: patrimônio histórico e cidadania cultural. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

CAMPO GRANDE. Referencial Curricular – REME. Ciências Humanas. Vol. 6. 2020.

CAMPO GRANDE. Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SecTur). **Processo de Registro e Tombamento n. 43969/2006-25**.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. História: Questões & Debates**. n. 42, p. 71-80. Curitiba: Editora UFPR, 2005.

CERTEAU, M.de. **A Invenção do Cotidiano**. [Trad. Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 3.Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

CONTRERAS J, GRACIA M. **Alimentación y cultura: perspectivas antropológicas**. Barcelona: Ariel; 2005.

COSTA, A. **História local**. Dicionário de ensino de História (Coord. Marieta de Moraes Ferreira e Margarida Maria Dias de Oliveira). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 132-136.

DALBY, L. **Gueixa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

FIORAVANTE, A. **Fontes historiográficas como instrumento didático para o ensino de história regional em Mato Grosso Do Sul: Em pauta a Ditadura Civil-Militar**. Dissertação (Mestrado Profissional Em Educação). Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul- UEMS. Campo Grande, MS: 2020.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2012.

GARDIN, C. **Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, L.A.S. **Territorialização Okinawa - Utinanchu a partir do sobá em Campo Grande-MS**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local), Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS: 2012.

HANDA, T. O Imigrante Japonês. História de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1987.

HORN, G.B; GERMINARI, C.D. **O ensino de História e seu currículo: teoria e método**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999,65 pp.

KOSSOY, BORIS. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSMINSKY, E. V. Questões de Gênero em Estudos Comparativos de Imigração: Mulheres Judias em São Paulo e em Nova York. Cadernos Pagu. Campinas: n. 23, p. 279-328, jul./dez. 2004.

KUBOTA ,N. F. L. **Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em Campo Grande – MS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília; 2008.

KUBOTA, N. F.L. **Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de Parentesco e Famílias**. Tese (Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2015.

LESSER, J. **A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MACHADO, P C. **Arlindo de Andrade – Primeiro Juiz de Direito de Campo Grande**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1988. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

MARTINS, D. **Relatório 1943**. Prefeitura Municipal de Campo Grande: 1943. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

MARANDOLA JR. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. 2008b. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2008

MEDEIROS, E. W. **Ensino de História: fontes e linguagens para uma prática renovada**. Vidya, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez. 2005.

MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 31-41, out. 2001.

MONTANARI, M. **O mundo na cozinha: história, identidade, trocas.** São Paulo: Estação Liberdade: Senac, 2009.

MONTANARI, M. **Comida como cultura.** 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

NORA, P. **Entre memória e História: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, T.M. de. **Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. 2011.

OLIVEIRA, A.S. **A história da alimentação como ferramenta de ensino de história.** Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Federal de Santa Maria, RS: 2018.

OLIVEIRA, A. **Educação Patrimonial.** Dicionário de ensino de História (Coord. Marieta de Moraes Ferreira e Margarida Maria Dias de Oliveira). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 98-101

RAMOS, F. P. Alimentação. In: PINSKY, C. B. (org.). **Novos temas nas aulas de História.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 95-118.

RIBEIRO, L. R. E. de Figueiredo. **O Homem e a Terra. Campo Grande:** 1993. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SAKURAI, C. **Romanceiro da Imigração Japonesa.** São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993. (Série Imigração; v. 4)

SAKURAI, C. **Imigração e Política em São Paulo.** São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1995, Série Imigração, v. 6.

SANT'ANNA, M. Patrimônio Imaterial do conceito ao problema da proteção. In.: **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 147, out. dez., 2001. p. 155

SAITO, H. **O Japonês no Brasil: Estudo de Mobilidade e Fixação.** São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.

SEYFERTH, G. Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **Repensando O Estado Novo.** Rio de Janeiro: Ed. F. Getúlio Vargas, 1999

SILVA, J. A. da. **Comentário Contextual à Constituição.** 4ªed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SAHLINS, M. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALGADO, M. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (Márcia Chuva Orgs.), Brasília, nº 34 / 2012, Pp. 91-112.

SANTOS, M. C. de L. F. **O patrimônio histórico museal em Campo Grande - MS: perspectivas e desafios no contexto do desenvolvimento local**. 2019. 168 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003.

Tradução disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 10 abr 2024.

VIEIRA, J. **Patrimônio cultural: um estudo sobre a tutela administrativa das paisagens culturais no contexto dos instrumentos de proteção previstos no ordenamento jurídico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: 2010.



**ANEXO: SUGESTÃO DIDÁTICA E PRODUTO EDUCACIONAL *SOBÁ: CULTURA E  
ENSINO DE HISTÓRIA***



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**  
**PROFHISTÓRIA**



**MOISÉS DE SOUZA BARROS**

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

**SUGESTÃO DIDÁTICA PARA USO DO PRODUTO EDUCACIONAL *SOBÁ*:**  
***CULTURA E ENSINO DE HISTÓRIA***

Segue um plano de aula para o ensino de História, dividido em três encontros de 50 minutos cada, utilizando o álbum "**Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande**" como recurso didático.

**PLANO DE AULA: SOBÁ E PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO GRANDE**

**Público-alvo**

- Alunos do Ensino Fundamental II (8º ou 9º ano) ou Ensino Médio.

**Objetivo Geral**

- Compreender a relevância do sobá como patrimônio cultural e imaterial de Campo Grande, refletindo sobre a imigração japonesa e sua contribuição para a identidade cultural da cidade.

---

CAMPO GRANDE

<b>1ª Aula: Introdução ao Conceito de Patrimônio Cultural</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
Identificar a diferença entre patrimônio material e imaterial.
Relacionar exemplos locais aos conceitos apresentados.
<b>Estrutura</b>
<b>Dinâmica inicial (10 min):</b>
Questione os alunos: "O que consideram como patrimônio da cidade de Campo Grande? Já ouviram falar no sobá?".
Liste as respostas no quadro.
<b>Explicação (20 min):</b>
Apresente os conceitos de patrimônio cultural material e imaterial, utilizando o conteúdo do álbum (p. 4-8).
Mostre exemplos de Campo Grande, como o Complexo Ferroviário e o Sobá.
<b>Atividade prática (20 min):</b>
Divida a turma em duplas e peça para pesquisarem no celular (ou forneça fichas) um patrimônio cultural da cidade. Eles devem identificar se é material ou imaterial e justificar.
<b>Recursos</b>
Álbum "Sobá: Patrimônio Cultural e Imaterial de Campo Grande" (impresso ou digital); Quadro e canetas.

<b>2ª Aula: A Trajetória do Sobá em Campo Grande</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
Analisar a chegada dos imigrantes japoneses e a adaptação do sobá.
Compreender a história da Feira Central e seu papel na popularização do prato.
<b>Estrutura</b>
<b>Revisão inicial (5 min):</b>
Recapitule os conceitos de patrimônio cultural e relacione com o sobá.
<b>Exposição dialogada (20 min):</b>
Utilize os capítulos 2 e 3 do álbum para explicar:
A imigração japonesa e a introdução do sobá (p. 11-12).
O papel da Feira Central na difusão cultural (p. 16-21).
Mostre imagens do álbum e o vídeo "Sobá Okinawa e Mato Grosso do Sul" ( <a href="https://www.youtube.com/watch?v=cAAk0fufbJs">https://www.youtube.com/watch?v=cAAk0fufbJs</a> , trecho de 5 minutos).
<b>Discussão em grupo (15 min):</b>
Pergunte: "Por que o sobá se tornou tão importante para Campo Grande? Há outros exemplos de adaptações culturais semelhantes na cidade?".
<b>Tarefa para casa (10 min):</b>
Solicite que entrevistem familiares ou amigos sobre memórias ligadas ao sobá ou à Feira Central.
<b>Recursos</b>
Álbum e vídeo sugerido; Projetor ou televisão.

<b>3ª Aula: O Sobá como Patrimônio Cultural e Imaterial</b>
<b>Objetivos Específicos</b>
Refletir sobre o reconhecimento do sobá como patrimônio cultural.
Elaborar atividades que conectem o tema à preservação da memória local.
<b>Estrutura</b>
<b>Apresentação das entrevistas (10 min):</b>
Os alunos compartilham os relatos coletados.
<b>Discussão coletiva (15 min):</b>
Contextualize como o sobá foi oficializado como patrimônio cultural e imaterial (p. 23-26).
Debate: "Quais benefícios o reconhecimento trouxe para Campo Grande?".
<b>Atividade criativa (20 min):</b>
Divida os alunos em grupos. Cada grupo deve: Criar um cartaz digital ou físico sobre o sobá e sua história.
Incluir informações sobre imigração, adaptação e identidade cultural.
<b>Encerramento (5 min):</b>
Exponha os cartazes na sala ou publique em redes sociais da escola.
<b>Recursos</b>
Álbum; Materiais de cartolina, canetas, ou acesso a dispositivos para criar cartazes digitais.
<b>Tipo de Avaliação (Formativa)</b>
Participação nas discussões e atividades; Qualidade das entrevistas e dos cartazes produzidos; Capacidade de relacionar o tema ao contexto local.

**MOISÉS DE SOUZA BARROS**

**SOBÁ: PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DE CAMPO GRANDE**



Fonte: <https://www.teatrinetv.com.br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial-de-campo-grande-soba-celebra-a-cultura-japonesa/18656>

**CAMPO GRANDE – MS 2025**

## PREFÁCIO

Este álbum, produto da dissertação **Sobá: Cultura e Ensino de História**, apresenta de forma didática a história do sobá e de seu consumo na cidade na cidade de Campo Grande, MS, desde sua introdução com a chegada dos imigrantes okinawanos, passando por sua adaptação e comercialização ao longo do tempo, até sua consagração como patrimônio cultural e imaterial.

O trabalho propõe uma reflexão sobre a interseção entre os patrimônios cultural material e imaterial, o impacto do processo de imigração na história local e o papel fundamental do sobá na construção da identidade regional.

Destinado a educadores, estudantes e à comunidade em geral, o material visa fortalecer o acervo histórico local de Campo Grande, por meio de fontes visuais e excertos de documentos históricos, estimulando uma reflexão crítica sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e a construção contínua da memória coletiva.

Este material tem como **objetivo** promover uma reflexão crítica sobre o patrimônio cultural e imaterial de Campo Grande, com ênfase na trajetória do sobá como elemento identitário da cidade. Além de apresentar o contexto histórico da imigração japonesa e sua influência na cultura local, o trabalho visa fornecer recursos didáticos para que professores de História possam explorar o tema em sala de aula. A abordagem proposta permite que o ensino de História se aproxime da realidade dos estudantes ao conectar elementos do cotidiano, como a gastronomia e a cultura popular, a processos históricos mais amplos, como os fluxos migratórios e a construção da identidade regional. Para isso, os professores podem utilizar o material de diversas formas:

1. Patrimônio Cultural e Ensino de História: A introdução ao conceito de patrimônio cultural, material e imaterial, pode ser trabalhada para discutir a importância da preservação histórica. Os alunos podem ser incentivados a pesquisar outros patrimônios da cidade ou da região em que vivem.

2. História da Imigração Japonesa: O capítulo sobre a chegada dos imigrantes japoneses a Mato Grosso do Sul permite relacionar o caso local ao contexto nacional da imigração no Brasil. Atividades como a análise de fontes documentais, entrevistas com descendentes ou debates sobre o impacto cultural dessas migrações podem enriquecer o aprendizado.
3. O Sobá como Patrimônio Cultural e Identitário: A trajetória do sobá e sua oficialização como patrimônio cultural e imaterial podem ser discutidas no contexto das políticas públicas de preservação da memória. Isso pode ser explorado por meio de pesquisas sobre como outros elementos culturais locais são protegidos e valorizados.
4. A Feira Central como Espaço Histórico: A história da Feira Central pode ser utilizada para analisar transformações urbanas e sociais de Campo Grande ao longo do tempo, permitindo que os alunos compreendam como os espaços de sociabilidade se modificam e são ressignificados.
5. Uso de Fontes Visuais e Documentais: O material apresenta imagens históricas, registros fotográficos e referências documentais que podem ser utilizados para ensinar leitura e interpretação de fontes, um elemento essencial do ensino de História.

Com essas estratégias, o professor poderá transformar o material em um recurso dinâmico e interdisciplinar, contribuindo para a valorização do patrimônio cultural e para uma aprendizagem mais histórico-crítica dos estudantes.

## SUMÁRIO

<b>1 O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?</b> .....	5
1.1 TOMBAMENTO: O QUE É E QUAL SEU OBJETIVO?.....	7
1.2 EXEMPLO DE PATRIMÔNIO MATERIAL .....	8
1.3 EXEMPLO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL .....	10
<b>2 SOBÁ: DA IMIGRAÇÃO À IDENTIDADE CAMPO-GRANDENSE</b> .....	12
2.1 A CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES A MATO GROSSO DO SUL.....	13
<b>3 HISTÓRIA DA FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE – MS</b> .....	18
<b>4 O SOBÁ DE CAMPO GRANDE</b> .....	23
<b>5 E COMO O SOBÁ VIROU PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL?</b> .....	25
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	29

## 1 O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL?

*Introdução aos conceitos de patrimônio material e imaterial, com exemplos locais.*

- De acordo com a legislação brasileira, o Patrimônio Cultural se apresenta na Constituição Federal de 1988 por meio do Art. 216, no qual estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (Brasil, 2008, p. 138-139).



Deste modo, Patrimônio Cultural refere-se aos bens **materiais** e **imateriais** que possuem significados históricos, sociais, estéticos ou simbólicos, representando a identidade de uma comunidade. O patrimônio material engloba objetos tangíveis, como edifícios, monumentos e obras de arte, enquanto o imaterial abrange práticas, saberes, celebrações e expressões culturais transmitidas de geração em geração (UNESCO, 2003).

### **Patrimônio Material**

O **patrimônio material** compreende os bens culturais de natureza física, como edificações, monumentos, obras de arte, sítios arqueológicos e paisagens modificadas pelo ser humano.

Esses bens possuem relevância histórica, arquitetônica, artística ou ambiental e são testemunhos tangíveis da identidade e memória de uma sociedade. A preservação do patrimônio material busca garantir que futuras gerações tenham acesso a esses marcos que narram a trajetória de um povo e sua relação com o espaço.

Exemplos incluem o Complexo Ferroviário da Rede Noroeste do Brasil em Campo Grande, MS, e o Mercado Municipal Antônio Valente. Esses locais destacam a relevância econômica e social de diferentes períodos históricos (IPHAN, 2021; UNESCO, 2003).

### **Patrimônio Imaterial**

O patrimônio **imaterial** refere-se às práticas, saberes, expressões artísticas, celebrações e tradições transmitidas oralmente ou por práticas sociais ao longo do tempo.

Esse tipo de patrimônio não é tangível, mas carrega em si os valores culturais e identitários de uma comunidade. Ele se manifesta, por exemplo, em danças, músicas, técnicas artesanais e pratos típicos. No

contexto de Mato Grosso do Sul, o sobá e a cerâmica Terena são exemplos representativos, pois refletem a memória cultural e o estilo de vida das comunidades que os preservam. A valorização do patrimônio imaterial é essencial para promover a diversidade cultural e o respeito às identidades locais (UNESCO, 2003; IPHAN, 2021).

### 1.1 TOMBAMENTO: O QUE É E QUAL SEU OBJETIVO?

O tombamento é um instrumento legal de proteção do patrimônio cultural, material ou imaterial, garantindo sua preservação para as futuras gerações. Esse processo reconhece oficialmente a importância histórica, artística, cultural ou ambiental de um bem, impedindo sua destruição ou descaracterização.

No Brasil, o tombamento é regulamentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pode ser realizado em nível federal, estadual ou municipal. O objetivo principal é preservar bens que representam a identidade e a memória de uma comunidade, assegurando que continuem acessíveis e valorizados ao longo do tempo.

Os bens tombados podem incluir edifícios históricos, monumentos, paisagens culturais, práticas culturais, festividades e saberes tradicionais. No caso do patrimônio imaterial, o tombamento visa reconhecer e fomentar ações que assegurem sua continuidade e transmissão.

No contexto do sobá de Campo Grande, seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial envolveu um processo de registro e valorização da prática gastronômica, reforçando sua relevância na identidade local.

## 1.2 EXEMPLO DE PATRIMÔNIO MATERIAL

Aqui estão alguns exemplos de patrimônios materiais de Mato Grosso do Sul, reconhecidos por sua relevância histórica, cultural e arquitetônica:

### 1. **Complexo Ferroviário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB)**

Localizado em Campo Grande, o complexo foi tombado em 2009 e inclui 135 edificações distribuídas em uma área de 22,3 hectares. Ele é um marco do desenvolvimento urbano e econômico da cidade, simbolizando a integração do sul de Mato Grosso do Sul com outras regiões do Brasil. (IPHAN, 2009).



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/05/Campo-Grande-Complexo-Ferrovi%C3%A1rio-Imagem-Google-Street-View2.jpg>

## 2. Forte Coimbra

O Forte de Coimbra, tombado em 1975 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), está localizado às margens do rio Paraguai, em Corumbá, na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Construído no século XVIII, fazia parte de uma rede de fortificações projetadas para a defesa das fronteiras e a demarcação territorial.

O núcleo original, conhecido como Presídio de Nova Coimbra, foi erguido em 1775. O conjunto arquitetônico do Forte inclui uma capela, a casa de pólvora, alojamentos, pátios internos e a muralha com baluartes. Além disso, o local abriga antigos canhões da Marinha, preservando um marco significativo da história militar e geopolítica do Brasil.



Fonte: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2023/conhece-os-patrimonios-materiais-e-imateriais-de-ms-entenda-a-historia-por-tras-deles/>

## 1.3 EXEMPLO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

### 1. Cerâmica Terena

A cerâmica terena, reconhecida como patrimônio imaterial de Mato Grosso do Sul, por meio do Decreto Nº 12.847, de 16/11/2009 representa uma manifestação cultural de grande importância para a autoafirmação, memória e estilo de vida da comunidade indígena. A técnica de confecção, que envolve o uso de argila branca e pinturas feitas após a queima, é adornada com grafismos, pontilhados e espirais, características que reforçam a identidade cultural da etnia terena. Sua preservação é essencial para manter viva uma das mais expressivas formas de expressão cultural do Estado, transmitindo conhecimentos ancestrais e ligando as novas gerações às tradições do passado.

Os Terena vivem principalmente na região centro-oeste do estado de Mato Grosso do Sul, em terras indígenas distribuídas em municípios como **Aquidauana, Anastácio, Miranda, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia e Nioaque**. Essas áreas estão localizadas no Pantanal e em seu entorno, onde os Terena desenvolveram uma forte relação com a agricultura, a criação de gado e o artesanato, especialmente a cerâmica. Historicamente, os Terena ocuparam territórios mais amplos, abrangendo áreas que hoje pertencem ao Mato Grosso do Sul e ao Mato Grosso, mas com o avanço da colonização e da expansão agrícola, foram progressivamente confinados a terras demarcadas.



Fonte: <https://www.ipatrimonio.org/mato-grosso-do-sul-ceramica-terena/#!/map=38329&loc=-20.454673999999983,-54.567426000000005,17>



## 2. Banho de São João de Corumbá

O Banho de São João de Corumbá/Ladário foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial em 2010, destacando-se como uma manifestação tradicional que fortalece a identidade cultural dos dois municípios e valoriza a imagem regional do Pantanal sul-mato-grossense. Durante a festividade, a comunidade participa de um cortejo, levando a imagem de São João Batista em andor até o Rio Paraguai, percorrendo a ladeira Cunha e Cruz. No local, o santo é imerso nas águas, em um rito que remete ao batismo de Jesus, celebrado por João Batista. Este evento não só preserva uma prática religiosa, mas também reafirma a importância das tradições culturais locais, sendo reconhecido como parte da memória viva da região.



Fonte: Banho de São João em 2022. (Renê Carneiro/Arquivo Pessoal). Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2023/conhece-os-patrimonios-materiais-e-imateriais-de-ms-entenda-a-historia-por-tras-deles/>

## 2 SOBÁ: DA IMIGRAÇÃO À IDENTIDADE CAMPO-GRANDENSE

### *O sobá e suas origens em Okinawa*

O sobá é um prato tradicional de Okinawa, ilhas que atualmente fazem parte do Japão, mas que antes de serem anexadas ao território era dividida em três grandes reinos, que viviam em disputa. O Sobá de Okinawa é composto por macarrão de trigo, caldo e carne de porco, com variações regionais. Sua origem remonta aos hábitos alimentares de Okinawa, refletindo influências culturais que os imigrantes japoneses, especialmente os okinawanos, trouxeram ao Brasil, onde o prato se adaptou à culinária local.



Fonte: <https://www.justnecookbook.com/okinawa-soba/>



Fonte: <https://coisasdojapao.com/2019/06/ilha-ryukyu-conheca-a-historia-do-reino-de-okinawa/>

## 2.1 A CHEGADA DOS IMIGRANTES JAPONESES A MATO GROSSO DO SUL

A imigração japonesa em Mato Grosso do Sul iniciou-se em 1909, com a chegada de 75 imigrantes a Campo Grande, atraídos pela construção da ferrovia. Esses imigrantes, inicialmente vindos para trabalhar nas obras, enfrentaram desafios no Brasil, como discriminação e dificuldades de adaptação.



Fonte: Construção de estrada que dá acesso à Vicentina, 1961 (Foto: Museu Fotográfico Masuo Yasunaka). Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/a-tradicao-da-familia-japonesa-que-registrava-tudo-no-interior-de-ms>



A partir de 1910, um número significativo de imigrantes de Okinawa se estabeleceu na cidade e em Aquidauana, formando comunidades agrícolas e preservando sua cultura. Ao longo do tempo, as associações comunitárias fortaleceram a integração dos japoneses, como o **Clube Okinawa**, fundado em 1922, e a **Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira**, ou “Clube Nipo”, que promovem a preservação da cultura japonesa através de eventos tradicionais, como o **Bon Odori** e o **Festival do Sobá**.

Sede da Associação Okinawa (2007)



Fonte: <http://www.okinawacgms.com.br/a-associacao/historia/>

Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira (2007)



Fonte: <http://www.okinawacgms.com.br/a-associacao/historia/>

Hoje, a presença de descendentes de imigrantes japoneses em Campo Grande é marcante, com um legado cultural significativo, como o Sobá, reconhecido como patrimônio cultural em 2006 (Kubota, 2008; ARCA, 1991).

O **Bon Odori**, uma festa tradicional de dança, ganhou popularidade na cidade a partir do século XXI, sendo incluído no calendário oficial de comemorações. Dominada pelas obasan, mulheres idosas que lideram as danças, a festividade reflete uma participação feminina predominante, contrastando com a menor presença masculina. Apesar de uma maior comunidade de imigrantes de Okinawa, o Bon Odori foi escolhido como a principal representação cultural da colônia japonesa em Campo Grande, influenciando até o calendário de outras festas étnicas na região.



Fonte: Imagens das festividades Bon Odori em Campo Grande – MS. Disponível em: <https://www.ufms.br/pesquisa-aborda-as-relacoes-sociais-na-danca-bon-odori-em-campo-grande/>

Já o **Festival do Sobá**, iniciado em 2006, se tornou um evento anual destacado no calendário da cidade. Realizado normalmente em agosto, o festival atrai milhares de pessoas para desfrutarem não apenas do Sobá, mas também de outras comidas típicas e apresentações culturais japonesas, reforçando ainda mais o papel central deste prato na vida social e cultural de Campo Grande (Gomes, 2012, p. 66).





Fonte: XIV Festival do Sobá em Campo Grande – MS. Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/festival-do-soba/>



Fonte: Competição – Festival do Sobá em Campo Grande, MS.  
Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/galeria-de-fotos/>



Fonte: Apresentação de lutas – Festival do Sobá em Campo Grande, MS.  
Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/galeria-de-fotos/>

Em homenagem aos 100 anos de imigração japonesa à Campo Grande, foi inaugurado o **Memorial do Centenário da Imigração Japonesa**, na esquina das avenidas Mato Grosso e Calógeras, na Esplanada Ferroviária e que contou com a presença de japoneses que vieram de Okinawa, Japão, especialmente para as homenagens (Progresso, 2014).



Fonte: Memorial do Centenário da Imigração Japonesa (Acervo do autor, 2025).



### 3 HISTÓRIA DA FEIRA CENTRAL DE CAMPO GRANDE – MS

A **Feira Livre Central de Campo Grande** teve sua regulamentação em 1925, mas possivelmente surgiu antes, funcionando como um mercado autônomo e espaço de sociabilidade para a comunidade local. Sua origem está ligada ao crescimento da cidade e ao papel fundamental da agricultura e do comércio no desenvolvimento econômico da região.

A “Feirona” então passou por diversos locais antes de ser estabelecida em seu endereço atual, na Rua 14 de Julho, ao lado da antiga Estação Ferroviária.

Inicialmente situada na **Avenida Afonso Pena**, a feira foi transferida para a Rua Calógeras e, posteriormente, para a Rua Antônio Maria Coelho.



Como pode se observar, a Feira Central funcionava na rua, na qual montava-se as barracas, em sua maioria de hortifruti e comidas, entre elas, o Sobá. A comercialização de roupas, brinquedos e demais acessórios foi sendo inserida gradualmente.

Fonte: Feira Central (1925). Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/historia/>



Fonte: (Foto: Roberto Higa/ Arquivo Pessoal).

Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/08/fotografo-diz-que-se-sente-dono-de-campo-grande-por-registrar-evolucao.html>



Fonte: Feira Central. Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/historia/>

Aqui observa-se que o processo de montagem das barracas da Feira Central iniciava-se ainda durante o dia, para seu funcionamento no período noturno. Esta foto data de 1985, quando a Feira Central estava situada em trecho da rua Abrão Julio Rahe e Padre João Crippa.



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/fotos-antigas-emocionam-quem-viu-a-feira-central-sumir-da-rua>

“Nas fotografias, a feira livre ainda tem barraquinhas que iam se formando quase uma empoleirada na outra. Os balcões que traziam as bacias de alumínio onde os pratos e talheres eram lavados ou os alimentos preparados, as latas de ferro embaixo dos balcões para reter a água que, mesmo assim, acabava escorrendo” (Campograndenews, 2011)



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/fotos-antigas-emocionam-quem-viu-a-feira-central-sumir-da-rua>



Conforme pontua Gomes (2012), na década de 1990, a feira enfrentou pressões para se modernizar e se adequar às exigências sanitárias e de segurança. A equipe de planejamento do Poder Público Municipal discutiu a necessidade de um local fixo para a Feira Central, dotado dos padrões necessários. A localização da feira, entretanto, já fazia parte dos hábitos culturais de Campo Grande, sendo incorporada aos roteiros turísticos da cidade. As mudanças sociais e econômicas de Campo Grande, incluindo o aumento da população e a diversificação dos consumidores, também impactaram a Feira Central. A introdução de novos negócios, como os "sacolões" e supermercados, alterou a dinâmica da feira, que passou a incluir também produtos hortícolas e mercadorias diversas, em detrimento das barracas tradicionais de frutas e verduras.

Em dezembro de 2004, sob a gestão do prefeito André Puccinelli, foi emitido um novo decreto que transferiu a Feirona para seu endereço atual, situada na rua 14 de julho, ao lado da antiga Ferrovia, substituindo as antigas barracas de lona e madeira por construções de alvenaria.



Fonte: <https://feiracentralcg.com.br/galeria-de-fotos/>



Fonte: <https://destinosnotaveis.com.br/o-que-fazer-campo-grande-ms/>

#### 4 O SOBÁ DE CAMPO GRANDE

**Origem e Introdução:** O "Sobá de Campo Grande", originário da ilha de Okinawa, Japão, chegou à cidade nas primeiras décadas do século XX com os imigrantes nipônicos, principalmente os okinawanos, que se estabeleceram na região. Segundo a antropóloga Kubota (2008), o prato foi inicialmente consumido de forma discreta pela comunidade japonesa, sendo servido atrás das cortinas das barracas na Feira Central, devido ao seu modo de consumo (uso de hashi e sugação do macarrão).

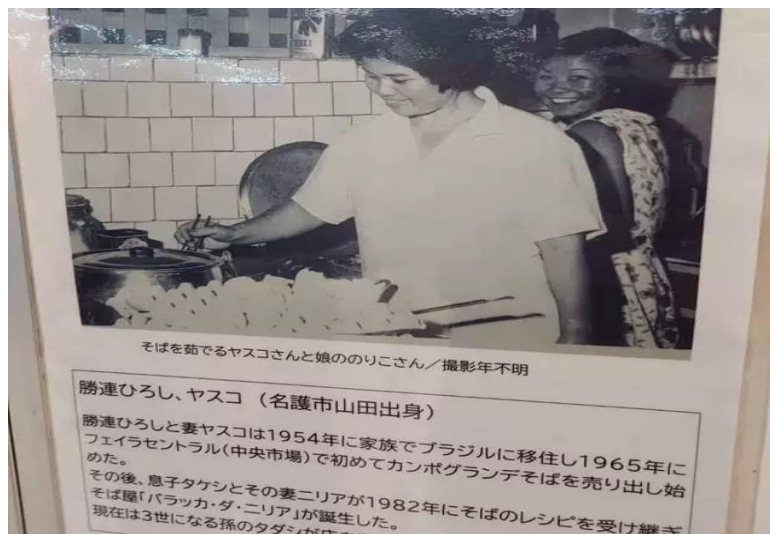
**Popularização e Adaptação:** A partir de 1965, a popularidade do Sobá entre os não-japoneses aumentou, levando os imigrantes a venderem o prato abertamente para a população em geral. O Sobá, anteriormente chamado de Okinawa-Soba, passou a ser denominado "Sobá de Campo Grande", após sofrer adaptações na receita para incorporar ingredientes locais devido à escassez dos insumos originais. Essas modificações ajudaram o prato a se ajustar ao gosto e à dieta regional (Kubota, 2015).



Fonte: Sobá de Campo Grande, após adaptação do Sobá de Okinawa. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/08/10/lei-oficializa-status-do-soba-como-prato-tipico-de-campo-grande.ghtml>

De acordo com Gomes (2012), em 1966, os irmãos Hiroshi e Tsiyoshin Katsuren iniciaram a venda do sobá a outros feirantes nipônicos, marcando uma mudança significativa. Ao inserir o sobá no circuito comercial, os irmãos reformularam a dinâmica da Feira Municipal. A iniciativa foi bem-sucedida, resultando na expansão silenciosa da prática e na transformação das barracas em restaurantes noturnos. Essa prática se popularizou especialmente entre os jovens, que começaram a frequentar a feira após festas noturnas.

No ano de 2021, na cidade de Nago, em Okinawa, foi realizada uma exposição que buscava celebrar a história dos descendentes espalhados pelo mundo. Um desses registros foi de Yasuko Katsuren, na época com 91 anos, responsável por trazer o sobá de Okinawa para a cidade de Campo Grande, MS (Campograndenews, 2011)



Fonte: Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/aos-91-anos-historia-da-mulher-que-trouxe-soba-a-feirona-esta-no-japao>

## 5 E COMO O SOBÁ VIROU PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL?

A popularidade do Sobá de Campo Grande cresceu significativamente ao longo das décadas, culminando em 2006 quando foi oficialmente registrado como Patrimônio Cultural tanto pela Prefeitura local quanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este reconhecimento não apenas consagrou o prato como um símbolo da identidade gastronômica da cidade, mas também destacou sua importância histórica e cultural.

Mas para o Sobá ser reconhecido como Patrimônio Cultural e Imaterial, foi necessário:

- Justificar a solicitação de registro, conforme exposto nos excertos a seguir:

Em 13 de julho de 2006, a Associação da Feira Central, Cultural e Artística (AFECETUR) discutiu, em reunião, o “registro do sobá como prato típico de Campo Grande, MS”. A justificativa apresentada destacou que “[...] ao longo dos anos um aumento na assiduidade e degustação do sobá em todas elas, sendo mostrado aos visitantes e turistas de outras cidade (sic), estados e países como nosso prato típico” (Campo Grande, 2006).

Foi formalizado o pedido de registro do sobá como patrimônio cultural e imaterial (Processo de Registro nº 43969/2006-25), justificando que “[...] o prato já é produzido e comercializado na Feira Central há mais de 65 (sessenta e cinco) anos pelos imigrantes japoneses e seus descendentes” (Campo Grande, 2006).

Além disso, diversos documentos embasaram o pedido de registro e o processo de tombamento, destacando-se:

1. Texto histórico do livro "Ayumi: a saga da colônia japonesa em Campo Grande", da Associação Esportiva e Cultural Nipo-brasileira: Apresenta a introdução do sobá na cidade desde a chegada dos primeiros imigrantes okinawanos na década de 1910 até os dias atuais.
2. Texto do livro "Cheiros e Sabores de Mato Grosso do Sul", de Iracema Sampaio: Contextualiza a relevância gastronômica do sobá na cultura sul-mato-grossense e sua evolução ao longo do tempo.
3. Fotografias (26 folhas com 41 imagens): Registram o preparo do sobá e a atmosfera cultural da Feira Central de Campo Grande, onde o prato é consumido e comercializado.
4. Entrevistas (20 fichas): Relatam as percepções e experiências de frequentadores da Feira Central, abrangendo diferentes gerações.
5. Questionários de identificação (22 questionários): Aplicados aos proprietários e funcionários das barracas de sobá, documentando a prática cultural e a tradição gastronômica.
6. DVDs: Incluem filmagens como o "Modo de Fazer Sobá", produzido pela MV Vídeo, demonstrando o processo de preparo, além de documentários como *ARIGATÔ - um olhar sobre a imigração japonesa em Campo Grande* e *Comunidade Okinawa-Kenjin*, que exploram aspectos culturais e históricos da comunidade japonesa local.



Esses registros forneceram uma base sólida para o reconhecimento do sobá como patrimônio cultural e imaterial, oficializado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2006, por meio da Deliberação CMC nº 01/2006.

Posteriormente, iniciativas como a construção do **Monumento do Sobá** em 2009, uma estátua de 4,5 metros de altura localizada na Feira Central de Campo Grande, reforçaram a importância do prato. Além de celebrar a tradição, o monumento tornou-se um marco cultural e turístico, promovendo a identidade gastronômica e cultural da cidade.



Fonte: Estátua de sobá na Feira Central. Disponível em: <https://feiracentralcg.com.br/>

Por meio desse reconhecimento, o sobá consolidou-se como símbolo da convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos em Campo Grande, destacando sua relevância na herança cultural da comunidade japonesa e na diversidade cultural da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, reafirma-se a necessidade de promover a reflexão crítica sobre a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, como um recurso essencial para o ensino de História. Ao conectar elementos do cotidiano local a processos históricos amplos, como a imigração e a transformação urbana, possibilita-se que educadores e estudantes compreendam a relevância desses patrimônios para a construção contínua de suas identidades e para a manutenção da diversidade cultural.

Por fim, o material didático apresentado neste trabalho busca fortalecer o acervo histórico local, promovendo o uso de fontes visuais e documentais como ferramentas de ensino e aprendizado. Espera-se que esta iniciativa contribua para ampliar o conhecimento sobre o sobá e sua relevância cultural, inspirando ações futuras de preservação e valorização do patrimônio imaterial, essenciais para a perpetuação da memória e da identidade cultural de Campo Grande.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

CAMPO GRANDE. **Processo de Registro e Tombamento n. 43969/2006-25**. Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SecTur). 2006.

GOMES, L.A.S. **Territorialização Okinawa - Utinanchu a partir do sobá em Campo Grande-MS**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local), Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, MS: 2012.

IPHAN. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Campo Grande (MS). 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1847/> Acesso em 22 jan 2025.

IPHAN. **Dossiê de Registro do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2021.

KUBOTA, N. F. L. **Bon Odori e Sobá: As Obasan na Transmissão das Tradições Japonesas em Campo Grande – MS**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Marília; 2008.

KUBOTA, N. F.L. **Okinawanos e não-okinawanos em Campo Grande: relações de Parentesco e Famílias**. Tese (Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 12.847, de 16/11/2009**. Determina o registro do bem imaterial que menciona. 2009. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ms/decreto-n-12847-2009-mato-grosso-do-sul-determina-o-registro-do-bem-imaterial-que-menciona> Acesso em: 24 jan 2025.

PROGRESSO. **Memorial da imigração japonesa é inaugurado em Campo Grande**. 15 ago. 2014. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/noticias/memorial-da-imigracao-japonesa-e-inaugurado-em-campo-grande/130343/>. Acesso em: 20 jan 2025.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. 2003. Tradução disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em 10 abr 2024.



**FONTES DIGITAIS PARA SE USAR EM SALA:**

- MIGRAÇÃO JAPONESA EM CAMPO GRANDE - MS

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/06/18/116-anos-da-imigracao-japonesa-a-historia-que-agrega-a-cultura-de-ms.ghml>

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/a-tradicao-da-familia-japonesa-que-registrava-tudo-no-interior-de-ms>

<http://www.okinawacgms.com.br/a-associacao/historia/>

<https://www.ufms.br/pesquisa-aborda-as-relacoes-sociais-na-danca-bon-odori-em-campo-grande/>

- DIFERENÇA SOBÁ OKINAWA E SOBÁ DE CAMPO GRANDE (VÍDEO)

Título: Sobá Okinawa e Mato Grosso do Sul – Chef. Helena Jang. 14 de Abril de 2024. Duração: 24 min.

<https://www.youtube.com/watch?v=cAAk0fufbJs>

- SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DO SOBÁ COMO PRATO TÍPICO DE CAMPO GRANDE

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/08/10/lei-oficializa-status-do-soba-como-prato-tipico-de-campo-grande.ghml>

- SOBRE A FEIRA CENTRAL:

<https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/fotos-antigas-emocionam-quem-viu-a-feira-central-sumir-da-rua>